

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR

2003/2005



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

**A NOVA ESTRUTURA DE COMANDO MILITAR DA OTAN. A
OPERACIONALIZAÇÃO DO JHQ LISBON E SUA IMPORTÂNCIA
PARA PORTUGAL. PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO**

Paulo Jorge Henriques de Sousa
Major de Artilharia

Presidente do Júri: Major General Aníbal José Rocha Ferreira da Silva
Arguente Principal: Coronel de Artilharia Tirolcinado Vitor Daniel Rodrigues Viana
Arguente: Tenente Coronel de Artilharia Rui Manuel Carlos Clero
Arguente: Major de Infantaria José Augusto Amaral Lopes



ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ALTOS

***ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM FINALIDADE
ESSENCIALMENTE ESCOLAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE
UM CURSO NO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES,
CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR
NORMAL.***

***AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL
LIBERDADE ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO.***

Professor orientador:

Major de Artilharia Luís Manuel Ricardo Monsanto



Resumo

O presente trabalho tem por objectivo analisar a transformação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que levou à nova Estrutura de Comando da OTAN (NCS), na qual se encontra o Quartel General Conjunto de Lisboa (JHQ LISBON). Face a isto procura identificar a importância que este facto tem para Portugal e qual o partido que o Exército poderá tirar do mesmo.

Este assunto reveste-se de especial importância pela sua actualidade, uma vez que a transformação da Aliança continua a decorrer e o JHQ LISBON terá já no ano de 2005 que cumprir a missão de Comandar a *NATO Response Force* (NRF) 5, para a qual se está já a preparar.

Começámos por efectuar uma breve caracterização do actual ambiente estratégico internacional, seguida da apresentação da NCS da Aliança, que comparamos com a anterior, salientando os motivos que levaram à sua transformação e os passos dados até à consecução deste objectivo da OTAN.

Realizámos uma análise político-estratégica, com a finalidade de apresentar as razões pelas quais o JHQ LISBON se encontra em território nacional e simultaneamente demonstrar a importância desta situação para o nosso país

Quanto ao JHQ LISBON, fizemos um apanhado de todo o processo negocial, apresentámos os passos por que tem passado a sua implementação e na sua operacionalização, os requisitos necessários para o seu pleno funcionamento. De seguida fizemos uma compilação daquelas que considerámos ser as áreas em que a contribuição portuguesa pode ser potenciada. Não podíamos terminar sem apresentar as razões pelas quais Portugal se deve empenhar para manter este Comando no seu território.

Na realização do estudo privilegiámos como fontes: diversa literatura civil e militar, legislação nacional e documentação OTAN, Sites da Internet e entrevistas a entidades com relevância para a abordagem do tema.

Concluimos que se no futuro este Comando OTAN for retirado do território nacional, o resultado será extremamente negativo uma vez que, deixaremos de ter a possibilidade, impar, de contacto e actuação em ambiente “Conjunto e Combinado”. Adicionalmente Portugal reduziria os seus argumentos e importância no seio da Aliança e finalmente a OTAN deixaria de acreditar nas capacidades do país para responder às futuras solicitações.



Agradecimentos

Expresso os meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que comigo colaboraram na elaboração deste trabalho através da sua amizade, apoio e grande disponibilidade. Muitos foram os que cruzaram o meu caminho e a todos agradeço, mesmo aos aqui não mencionados.

Não posso deixar de referir o Coronel Matias e o Tenente-Coronel Pereira da Silva que foram fundamentais para o arranque do trabalho. Os Tenente-Coronel Clero, Tenente-Coronel Alpedrinha Pires e Major Balsinhas do JHQ LISBON pelo interesse com que acolheram as minhas questões, e ainda na ajuda que me prestaram na disponibilização de elementos de consulta e orientando-me para outras pessoas quando isso se impunha.

Uma palavra de especial gratidão para a DGPDN/MDN, na pessoa do Tenente-General Pinto Ramalho, pela disponibilidade e interesse com que acolheu a minhas questões; e de uma forma muito especial para o Tenente-Coronel João Quadros, que demonstrando grande disponibilidade, me recebeu em diversas ocasiões, tendo sido uma ajuda fundamental para o término com sucesso deste trabalho.

Para o meu Orientador, Major de Artilharia Monsanto, uma palavra de reconhecimento e gratidão pela forma como sempre acolheu as minhas dificuldades e dúvidas, assim como, pelos conselhos transmitidos e apoio prestado no decurso deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer à minha esposa Helena e às minhas filhas Alexandra e Alice, pelo apoio, compreensão e paciência face às minhas ausências nalguns momentos deste últimos 13 meses.



Lista de Acrónimos

ACE – Allied Command Europe (Comando Aliado na Europa)
ACLANT – Allied Command Atlantic (Comando Aliado do Atlântico)
ACO – Allied Command Operations (Comando Aliado das Operações)
ACT – Allied Command Transformation (Comando Aliado da Transformação)
AFNORT – Allied Forces North (Forças Aliadas do Norte da Europa)
AFSOUTH – Allied Forces South (Forças Aliadas do Sul da Europa)
BiH – Bósnia Herzegovina
C2 – Comando e Controlo
CEI – Comunidade de Estados Independentes
CEMGFA – Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CFE – Negociações sobre o Controlo da Armamento e para Redução de Forças Convencionais na Europa
CIS – Communications and Information System (Sistema de Comunicações e de Informações)
CJTF – Combined Joint Task Force (Forças Operacionais Combinadas e Conjuntas)
COP – Common Operational Picture
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
CRO^s – Crisis Response Operations (Operações de Resposta a Crises)
CSCE – Conferência Sobre Segurança e Cooperação na Europa
DGAM – Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais
DGPDN – Direcção Geral de Política de Defesa Nacional
DJTF – Deployable Joint Task Force (Quartel-General Destacável da Força Operacional Combinada)
DPC – Defence Planning Committee (Comité de Planeamento de Defesa)
EAPC – Euro-Atlantic Partnership Council (Conselho de Pareceria Euro-Atlântico)
EASTLANT – East Atlantic
EUA – Estados Unidos da América
EUCOM – European Command (Comando Europeu)
FA – Forças Armadas
FFSE – Forward Facilitating Staff Element (Elemento de Estado Maior Facilitador Avançado)



FOC – Final Operacional Capability (Capacidades Operacionais Finais)
FPC – Final Planning Conference (Conferencia Final de Planeamento)
HQ – Headquarter (Quartel General)
IESD – Identidade Europeia de Segurança e Defesa
IFOR – Implementation Force (Força de Implementação)
IOC – Initial Operacional Capability (Capacidades Operacionais Iniciais)
JC LISBON – Joint Command Lisbon (Comando Conjunto de Lisboa)
JFC SOUTH – Joint Force Command South (Comando de Forças Conjuntas do Sul)
JHQ LISBON – Joint Headquarter Lisbon (Quartel General Conjunto de Lisboa)
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MENA – Middle East and North of África
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOU – Memorandum of Understanding (Memorando de Entendimento)
NAC – North Atlantic Council (Conselho do Atlântico Norte)
NACC – North Atlantic Cooperation Council (Conselho de Cooperação do Atlântico Norte)
NACOSA – NATO CIS Operations and Support Agency (Agência da OTAN de Operação de Apoio ao CIS)
NATO - North Atlantic Treaty Organization (OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte)
NCS – NATO Command Structure (Estrutura de Comando da OTAN)
NRF – NATO Response Force (Força de Resposta da OTAN)
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCE – Organização de Segurança e Cooperação na Europa
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PE – Peacetime Establishment (Quadro Orgânico de Pessoal de tempo de paz)
PESC – Política Externa de Segurança Comum
PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa
PfP – Partnership for Peace (Pareceria para a Paz)
PO - Portugal
QG – Quartel General
RC SOUTHLAND – Regional Command South Atlantic (Comando Regional do Atlântico Sul)



RHQ SOUTHLANT – Regional Headquarters Allied Forces South Atlantic (Quartel General do Atlântico Sul)

SACEUR – Supreme Allied Commander Europe (Comandante Supremo na Europa)

SACLANT – Supreme Allied Commander Atlantic (Comandante Supremo Aliado do ATLÂNTICO)

Sea-based – Embarcado numa Plataforma Marítima

SFL – Striking Fleet Atlantic

SHAPE – Supreme Headquarters Allied Power Europe (Quartel General Supremo das Potências Aliadas na Europa)

SLOC^s – Sea Lines of Communications (Linhas de Comunicação Marítimas)

SOG – Senior Officials Group

SOUTHLANT – South Atlantic (Atlântico Sul)

STRIKFLITLANT – Striking Fleet Atlantic

SUBACLANT – Submarines Atlantic

TOR – Terms of Reference

UE – União Europeia

UEO – União da Europa Ocidental

USJFCOM – United States Joint Force Command (Comando Conjunto das Forças dos EUA)

VNC – Voluntary National Contributions (Contribuições Nacionais Voluntárias)

WESTLANT – West Atlantic



Índice

ÍNDICE DE TABELAS.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
1. O ACTUAL AMBIENTE ESTRATÉGICO	5
2. A NOVA ESTRUTURA DE COMANDO DA OTAN.....	7
2.1. Nota Introdutória	7
2.2. De Roma a Praga	9
2.3. Razões para as mudanças	11
2.4. Evolução relativamente à antiga Estrutura	12
3. PORTUGAL E O JOINT HEADQUARTER LISBON.....	15
3.1. Nota Introdutória	15
3.2. Análise Político-Estratégica	16
3.2.1. A Política Externa de Portugal.....	17
4. JHQ LISBON – NEGOCIAÇÕES, IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO	22
4.1. Negociações.....	22
4.1.1 Capacidade C2: um Desafio para Portugal	28
4.2. Implementação	30
4.3. Operacionalização	32
4.3.1. Formação do Pessoal.....	33
4.3.2. Reequipamento das Forças Militares	34
4.3.3. Infra-estruturas	34
4.3.4. Capacidade Financeira	35
4.4. Áreas em que a contribuição Portuguesa pode ser potenciada	36
5. MANUTENÇÃO DO JHQ LISBON EM PORTUGAL.....	39
5.1. Qual o Impacto no Exército.....	40
CONCLUSÃO	42
BIBLIOGRAFIA.....	46
ANEXOS	54
APÊNDICES	80



Índice de tabelas

Tabela 1.1 – Flagg Officers/ Postos	25
--	----



Introdução

O propósito fundamental da OTAN continua a ser a defesa colectiva, mas as missões decorrentes dessa responsabilidade são bem diferentes das da Aliança planeada para o período da Guerra Fria, uma vez que, como se anunciou na Declaração final da Cimeira de Londres em Julho de 1990, as grandes mudanças no ambiente estratégico levaram ao fim do conflito Leste-Oeste na Europa. Como consequência, a OTAN foi reestruturada desvalorizando os aspectos da prevenção de um conflito de amplas proporções e valorizando os objectivos de cooperação em matéria de segurança e de criação de medidas de confiança para o conjunto da Europa. Passou também a participar em operações de manutenção de paz no continente, geralmente em coordenação com outras organizações internacionais. Por outro lado, passou a ser "assedada" por diversos países do Leste Europeu, cuja aproximação tornou o alargamento da OTAN ao Leste inevitável, provocando uma situação complexa de desequilíbrios políticos na Europa pós-Guerra Fria. Como resultado, as actuais sociedades tornaram-se cada vez mais abertas, o que veio facilitar a ocorrência de ataques terroristas, imprevisíveis e aparentemente injustificáveis que, normalmente provocam incidentes em massa.

A Aliança, que sempre se caracterizou por possuir um comando militar e uma estrutura de controlo abrangentes, tem mantido na sua Estrutura de Comando os meios para fundir um conjunto, de outra forma incompatível, de pessoas e equipamentos originários de muitos países diferentes, dando origem a um instrumento militar coeso, integrado e eficaz, capaz de executar qualquer missão, por mais exigente que seja. Tendo que se adaptar às novas realidades, em Novembro de 2002 na Cimeira de Praga deu o passo fundamental nesse sentido, transformando a sua estrutura de comando tornando-a mais moderna e mais ágil, o que tem representado um desafio extremamente exigente. Embora a tarefa básica da transformação seja acelerar o desenvolvimento das capacidades e interoperacionalidade da Aliança, esta tem demonstrado ser bastante mais ambiciosa – em termos de escala, âmbito e ritmo – do que qualquer programa similar da sua história. Esta nova estrutura, aprovada em Junho de 2003, eliminou nove Quartéis Gerais e dispõe da capacidade de comando e controle das operações da OTAN em qualquer lugar no mundo.

Portugal, que sempre tentou ser um aliado activo do seio da OTAN, tinha no seu território um Comando Regional do Comando Aliado do Atlântico (ACLANT), o Comando Regional do Atlântico Sul (RC SOUTHLANT). Quando se começou a falar na transformação da Aliança, prevendo-se que o ACLANT iria terminar e uma vez que se



assumiu como objectivo estratégico manter, em território nacional, um QG da OTAN, do nível operacional (2º nível), cedo começou a trabalhar neste sentido. O trabalho foi de tal forma frutuoso que o sucesso acabou por ser total.

A manutenção de um comando OTAN em Portugal, ainda por cima, com um incremento de importância no seio da Aliança, trás responsabilidades acrescidas, obrigando o país a assumir um compromisso firme com a Defesa e na reforma das Forças Armadas (FA), sem o qual correremos o risco de outros virem a assumir no futuro aquelas que são, actualmente, as nossas responsabilidades.

Definição do Objectivo do trabalho

Face ao problema proposto pretende-se apresentar um estudo sobre a transformação da OTAN, que levou à Nova Estrutura de Comando da Aliança, na qual se encontra o JHQ LISBON. Face a isto, a importância que este facto tem para Portugal e quais os desafios que se colocam ao Exército.

Importância do estudo

Este estudo revela-se de grande importância e pertinência, pois pretende contribuir com algumas ideias, acerca do real significado que o JHQ LISBON representa para Portugal, como o operacionalizar e qual deverá ser o grau de participação nacional neste Comando, tanto em pessoal como em meios materiais.

Delimitação do Estudo

A realização de um trabalho sobre um qualquer tema exige uma cuidada preparação e recolha de elementos que permitam uma base sólida para o mesmo. Se por vezes é difícil a recolha de informações sobre o tema, outras vezes a selecção da informação é bem mais difícil do que a sua obtenção.

No caso do trabalho que será aqui desenvolvido verificou-se o segundo caso, ou seja, um excesso de informação o que exigiu uma cuidada selecção, tendo em vista os objectivos pretendidos. A informação é por demais abundante, e no geral qualquer sub tema por mais reduzido que possa parecer no quadro da OTAN poderia ser tema de um trabalho. O facto de dispor de um espaço limitado condiciona obviamente os assuntos a abordar e a forma como estes são abordados.

A base de sustentação de um trabalho como o que aqui é apresentado tem de ser um conjunto de factos concretos, no entanto sempre que possível não deixarão de surgir perspectivas subjectivas sobre os aspectos que o justifiquem, sendo certo que relativamente às perspectivas de futuro, ainda que se baseiem factos que hoje se apresentam como realidades, não deixarão de ser, acima de tudo, opiniões e por isso mesmo modestamente



subjectivas e que poderão em muitos casos apresentar diferenças relativamente às que muitos outros autores opinam sobre o tema em causa.

A abordagem de qualquer tema ligado à OTAN exige algum cuidado quando se fazem referências a termos cuja designação aparece na maioria das vezes na língua inglesa. Precisamente pelo facto de a maioria dos termos ser de origem inglesa, neste trabalho, sempre que necessário, será utilizada essa mesma língua, com a finalidade de evitar correr os riscos inerentes a traduções erradas, que possam conduzir a interpretações falaciosas.

Metodologia

Para a execução deste trabalho, seguimos uma metodologia indutiva que se baseou na recolha de, literatura de natureza civil e militar, legislação e Sites da Internet sobre o tema, assim como a realização de entrevistas a entidades com relevância para a abordagem do tema.

Este trabalho tem por base a seguinte questão central: “Importância para Portugal da manutenção do JHQ LISBON. Quais os desafios a ultrapassar?”

Desta decorrem várias questões derivadas: “Qual a nova Estrutura da OTAN e onde se situa o JHQ LISBON?”; “Qual a contribuição do JHQ LISBON para esta Estrutura?”; “Quais as contribuições de Portugal para a implementação e operacionalização do JHQ LISBON e quais os requisitos exigidos aos militares Portugueses para que possam trabalhar neste Comando?”; “Quais as áreas em a participação Portuguesa no JHQ LISBON pode ser potenciada?”.

Organização do estudo

O presente trabalho está organizado numa introdução, cinco capítulos e conclusões. No primeiro capítulo, faremos uma breve caracterização do actual ambiente estratégico internacional, como enquadramento para assuntos desenvolvidos nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo apresentaremos a NCS, comparando-a com a anterior e salientando os motivos e os passos dados até à consecução deste objectivo da OTAN.

No terceiro capítulo faremos, através duma análise politico-estratégica, uma apresentação das razões pelas quais a presença do JHQ LISBON em território nacional é importante para Portugal.

No quarto capítulo abordaremos todo o processo que redundou na manutenção um comando OTAN em Portugal, desde as negociações até à sua posterior implementação e operacionalização – passando neste último ponto por assuntos como: formação do pessoal, reequipamento das FA, infra-estruturas e capacidade financeira – por último identificamos as áreas em que a contribuição portuguesa pode ser potenciada.



No quinto capítulo apresentaremos aquelas que consideramos serem as razões porque tanto Portugal, como o Exército Português, devem empenhar-se para que o JHQ LISBON se mantenha no Território Nacional.

Terminamos com as conclusões de onde podemos retirar que, a não manutenção deste Comando OTAN em território nacional será prejudicial para Portugal, uma vez que, deixaremos de ter as possibilidades impares de contacto e de actuação em ambiente “Conjunto e Combinado”. Também significará que, o país deixaria de ter condições para continuar a convencer os Aliados da sua importância no seio da Aliança e que a OTAN deixaria de acreditar nas nossas capacidades para dar respostas adequadas a futuras solicitações.



1. O Actual Ambiente Estratégico

O actual Ambiente Internacional é caracterizado por ser um sistema marcado pela interdependência, multipolaridade e heterogeneidade de modelos políticos, culturais e civilizacionais e pela facilidade de acesso à informação através de redes integradas e sistemas operativos que tornam o ciberespaço como um domínio por excelência de expressão das novas ameaças que “assumem um carácter multi-facetado, imprevisível e transnacional”¹, e pela qualidade assimétrica² da nova conflitualidade, acabando por “dar relevo à política da prevenção e da gestão de crises”³.

No espaço Euro-Atlântico, os factores perturbadores que levam à conflitualidade e instabilidade, “residem num arco de instabilidade que se estende da África Subsariana, aos Balcãs e ao Médio Oriente, passando pelo Cáucaso e Ásia Central, com riscos de separatismos, disputas étnicas, conflitos de fronteiras e migrações maciças. Paralelamente, o aumento de actores “quase-Estados” fez crescer o risco do terrorismo, do crime organizado e a possibilidade de acesso a materiais de elevado poder de destruição”¹.

Dadas estas novas e complexas fontes de instabilidade para a segurança e paz mundial, tem-se vindo a consolidar o conceito alargado de segurança que, “deixou de perseguir objectivos unicamente centrados nos interesses vitais associados com a defesa do território e da soberania dos Estados, mostrando-se agora mais exigente em termos de uma filosofia preemptiva e de uma visão global da evolução dos focos de insegurança internacional e das crises que daí advêm, procurando preveni-las ou obstar ao seu agravamento, através das coordenação das políticas sectoriais, impondo aos instrumentos de força maior versatilidade para actuação em domínios”⁴ que até então não constituíam preocupação para os Estados.

Esta “ideia de segurança cooperativa foi-se afirmando progressivamente, reflectindo-se, não só na consolidação, alargamento e aprofundamento das alianças militares multinacionais como a OTAN e a União da Europa Ocidental (UEO), como na criação de componentes de política externa e de defesa comum noutras organizações, como sucede actualmente na União Europeia (UE), fazendo evoluir o tradicional conceito de defesa

¹ MDN - **Livro Branco da Defesa Nacional**, Lisboa: MDN, 2001, pg 5.

² Relativamente às capacidades evidenciadas e aos meios empregues.

³ MDN - **Livro Branco da Defesa Nacional**, Lisboa: MDN, 2001, pg 8.

⁴ MDN - **Livro Branco da Defesa Nacional**, Lisboa: MDN, 2001, pg 6



autónoma da soberania e da integridade territorial dos Estados, em termos de prioridade relativa, para o de defesa colectiva, no quadro das alianças de defesa estabelecidas”⁵.

⁵ MDN - **Livro Branco da Defesa Nacional**, Lisboa: MDN, 2001, pg 6.



“A OTAN é o fórum experimentado e testado para debater, decidir e, depois, agir”

Lord Robertson - Secretário Geral da OTAN

2. A Nova Estrutura de Comando da OTAN

2.1. Nota Introdutória

As mudanças no mapa político da Europa que tiveram a sua origem em vários acontecimentos ocorridos durante as décadas de 60 e 70, deram à OTAN o sinal claro de que a sua transformação e adaptação às novas realidades era incontornável. Entre eles podemos salientar três eventos: a adopção pela Aliança, “em Dezembro de 1967, da doutrina *Harmel*, que se baseava nas políticas paralelas de manutenção de uma defesa adequada enquanto procurava aliviar as tensões existentes nas relações entre os países de Leste e o Ocidente; a instauração pelo Governo da República Federal Alemã, em 1969, da *Ostpolitik* do Chanceler Willy Brant, concebida para melhorar as relações entre os países da Europa do Leste e a União Soviética, dentro dos limites impostos pelas políticas internas e externas dos seus governos e em 1975 na adopção do Acto Final da CSCE⁶ em Helsínquia, que definia novos padrões para a discussão das questões relacionadas com os direitos humanos e introduzia medidas que permitiam aumentar a confiança mútua entre os países de Leste e o Ocidente”⁷.

Na década de 80, muitos foram os acontecimentos que deram continuidade a esta situação. De todos podemos ressaltar: o Tratado de Washington, assinado em Dezembro de 1987 e que levou à eliminação global dos mísseis *Intermediate-Range Nuclear Forces* (INF)⁸ de base terrestre dos EUA e da União Soviética; os primeiros sinais de mudança na Europa do Leste, dos quais devemos salientar, na Polónia (Agosto de 1980) a formação e o reconhecimento do movimento sindical independente “Solidariedade” e na União Soviética (Março de 1985) a nomeação de Mikhail Gorbachev como Secretário Geral do Partido Comunista e em Março de 1989, no âmbito da CSCE, os países da OTAN e do Pacto de Varsóvia iniciaram em Viena novas e promissoras negociações sobre o controlo de armamento e para a redução das

⁶ A conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) foi redenominada, em Janeiro de 1995, Organização sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE)

⁷ NATO – **Manual OTAN**. OTAN, Bruxelas: Office of Information and Press, 2001. ISBN 92-845-0177-6, pg 37

⁸ Com o Tratado INF os EUA e a URSS acordaram a eliminação de todas armas nucleares com lançadores balísticos e os mísseis de cruzeiro com alcances entre os 500 e os 5000 Km, assim como as suas infraestruturas. Estes mísseis eram os americanos US Pershing II e os soviéticos SS – 20.



forças convencionais na Europa (CFE); finalmente em Novembro de 1989 assistiu-se à queda do Muro de Berlim, passo primordial para que aquilo que muitos ansiavam, viesse a acontecer, ou seja, o fim da divisão da Europa, particularmente da Alemanha. Tendo como natural consequência, que em 3 de Outubro de 1990 se desse a unificação das duas alemanhas.

Os ventos da mudança continuaram a soprar, com o trilhar do difícil caminho em direcção à democracia por todos os estados do Leste Europeu, tendo levado ao desmoronar da União Soviética e consequentemente ao fim do Pacto de Varsóvia. Neste quadro, a OTAN continuou sempre activa no sentido da aproximação a estas novas democracias, tendo para isso sido fundamental a Declaração saída da Cimeira de Londres, em Julho de 1990, em que os “Chefes de Estado e de Governo da Aliança anunciaram medidas de fundo para a transformar de uma forma que se adequasse ao novo ambiente de segurança e que pusesse fim ao confronto entre os países de Leste e o Ocidente. Propuseram aos governos da União Soviética e dos países da Europa Central e de Leste o estabelecimento de vínculos diplomáticos regulares com a OTAN e a procura de um novo relacionamento baseado na cooperação”⁹. Neste mesmo mês, quando o Presidente Gorbachev declara aceitar a participação da Alemanha unida na Aliança do Atlântico Norte, tacitamente demonstrava a sua concordância com as propostas e compromissos aprovados em Londres.

Estes tempos de mudança foram acompanhados por várias Cimeiras da Aliança Atlântica. “Desde Roma em Novembro de 1991 a Praga em Novembro de 2002”¹⁰ que tiveram sempre como corolário adaptar a OTAN às novas realidades e prepará-la para o futuro que se avizinhava difícil. Por outro lado, as diversas crises e conflitos na Ex-Jugoslávia e a Guerra do Golfo, vieram mais uma vez realçar a premência da adaptação da OTAN às novas realidades.

No dia 11 de Setembro de 2001 aconteceu o que até então era impensável: o coração dos EUA foi atacado violentamente, pondo em causa grande parte dos conceitos até aí considerados como intocáveis, levando a que a Administração Americana passasse a considerar como de primordial importância a defesa do espaço dentro das suas fronteiras, reestruturando a sua própria estrutura de comandos militares, e a considerar que era tempo da Europa assumir algum protagonismo na

⁹ NATO – **Manual OTAN**. OTAN, Bruxelas: Office of Information and Press, 2001. ISBN 92-845-0177-6, pg 40

¹⁰ Fase da história da OTAN que consideramos de tal forma importante que, decidimos desenvolver separadamente no próximo sub-capítulo.



Aliança deixando os EUA de ter qualquer comando operacional da OTAN no seu território.

Assim chegamos à actual Estrutura de Comando da OTAN, na qual está integrado o JHQ LISBON.

2.2. De Roma a Praga

Em 1991 na Cimeira de Roma foi aprovado um novo conceito estratégico da Aliança no qual se delineou uma abordagem abrangente para a segurança baseado no diálogo, na cooperação e na manutenção de uma capacidade de defesa colectiva. Para isso, estabeleceu-se a cooperação com novos parceiros da Europa Central e de Leste, com oferta de assistência que, na prática, lhes permitisse ultrapassar com sucesso a difícil transição por que estavam a passar. Foram convidados para participar nos fóruns da Aliança, e desta forma permitindo-lhes usufruir da experiência e da perícia da Aliança nas áreas política, militar, económica e científica. A dependência das armas nucleares foi reduzida, resultando alterações importantes nas forças militares integradas da OTAN, incluindo reduções substanciais da sua dimensão e disponibilidade, melhorias na sua mobilidade e a uma maior utilização de forças multinacionais. Foram também tomadas medidas para a redução da estrutura de comando militar da OTAN e para a adaptação dos preparativos e procedimentos do planeamento da defesa da Aliança, particularmente no âmbito de requisitos futuros para a gestão de crises e da manutenção de paz.

Como corolário deste processo, em 20 de Dezembro de 1991, realizou-se o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte¹¹ (NACC), que teve o papel de facilitar, a todos os níveis, a cooperação em segurança e assuntos relacionados entre os países participantes e de supervisionar o processo de desenvolvimento não só de laços institucionais mais estreitos como de ligações informais entre eles. Os 11 estados da Comunidade de Estados Independentes (CEI) iniciaram a sua participação neste processo em Março de 1992. A Geórgia e a Albânia aderiram também a este processo, respectivamente, em Abril e Junho de 1992,. A primeira reunião de Ministros da Defesa da OTAN e dos Parceiros de Cooperação deu-se em 1 de Abril de 1992.

¹¹ Onde estiveram presentes os Ministros dos Negócios Estrangeiros ou representantes dos Países da OTAN, de seis países da Europa Central e de Leste e dos três Estados Bálticos.



Quando em Janeiro de 1994 na Cimeira do Conselho do Atlântico Norte em Bruxelas, a OTAN convidou o NACC e outros estados¹² a juntarem-se a si, num novo e vasto programa de cooperação conhecido como Parceria para a Paz¹³ (PfP) pretendeu dar um novo impulso para a estabilidade e a segurança em toda a Europa.

Em Maio de 1997, em Sintra, o NACC deu lugar ao Conselho de Parceria Euro-Atlântica (EAPC), cujo objectivo foi lançar uma nova etapa na cooperação. Desta forma, ficaram os seus princípios expressos no Documento Base do EAPC, no qual era reiterado o compromisso conjunto dos países membros em fortalecer e alargar a paz Euro-Atlântica.

A Cimeira de Madrid, realizada em Julho de 1997, constituiu por sua vez, um marco no qual as iniciativas de relevo desenvolvidas pela Aliança durante os cinco a seis anos precedentes deram origem a acções concretas. Assim, iniciaram-se as conversações de adesão com a República Checa, a Hungria e a Polónia e a adopção de uma política “de porta aberta” para adesões futuras. Continuou-se a desenvolver a PfP através do seu alargamento e do estabelecimento de um novo fórum no âmbito do EAPC para promover a cooperação, tendo-se iniciado um novo capítulo nas relações OTAN-Rússia. Com a formalização de uma parceria crescente com a Ucrânia. A intensificação do diálogo com os países do Mediterrâneo e os progressos da Identidade Europeia de Segurança e de Defesa¹⁴ (IESD) da OTAN, bem como a definição de uma estrutura de comando militar da Aliança radicalmente reformada¹⁵.

Nos dias 23 a 25 de Abril de 1999, a OTAN realizou em Washington, a 15ª Cimeira dos seus 50 anos de história. A cimeira decorreu num período excepcional da história da Aliança, com a celebração do seu 50º Aniversário e durante a crise do Kosovo em que a OTAN desencadeou uma campanha aérea sem precedentes. Mesmo assim, os dirigentes da Aliança aprovaram uma série de programas e de acções com implicações para a Aliança a longo prazo, entre os quais se inclui um novo e importantíssimo conceito estratégico, que “transformou a OTAN de um sistema de defesa colectivo para um sistema de segurança colectivo. Com este conceito e face ao tipo de crises em desenvolvimento em várias regiões do globo que poderiam ameaçar

¹² Outros estados participantes na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE)

¹³ Esta na sua forma melhorada permanece um elemento claramente identificável de cooperação prática nas áreas relacionadas com a defesa e militares, dentro do contexto flexível do EAPC. A maior parte dos países Parceiros criou Missões Diplomáticas na OTAN, que contribuem significativamente para a comunicação e os contactos em todas estas esferas.

¹⁴ Pilar Europeu da OTAN, criado para possibilitar à Aliança desempenhar mais eficazmente a totalidade das suas missões e reforçar e renovar a parceria transatlântica. Tendo a UEO como elemento essencial para o seu desenvolvimento. – **Declaração (nº3) relativa à UEO:** <http://europa.eu.int/eur-lex/pt/>.

¹⁵ Passo fundamental para se chegar à actual Estrutura



os países da Aliança decidiu-se que, quando tal acontecesse, se poderia actuar fora de área e antes de tempo para evitar males maiores. Tratou-se pois de uma enorme alteração de conceito, tendo como consequência que a concepção de defesa territorial que dominou a Guerra Fria foi abandonada, avançando-se para forças cada vez mais conjuntas e combinadas e com capacidade de projecção com avisos prévios muito curtos”¹⁶. Por outro lado os mecanismos da PfP foram ainda mais alargados.

Quando em 11 de Setembro de 2001 o Conselho do Atlântico Norte invocou, pela primeira e única vez na sua existência, o Artigo V do Tratado de Washington, activando o sistema transatlântico de defesa colectiva que a OTAN corporiza, o sinal foi claro: os tempos eram outros com uma ameaça diferente e imprevisível e as transformações que a Aliança tinha vindo a implementar eram na realidade para continuar, mesmo para acelerar.

Foi assim que em Novembro de 2002 a Cimeira de Praga, foi considerada “o renascer da Aliança”¹⁷, na qual os seus dirigentes se comprometeram a efectuar a sua transformação. Decidiram assim que os dispositivos de comando militar da OTAN deveriam ser racionalizados para proporcionar uma estrutura de comando mais efectiva, eficaz e destacável com vista a satisfazer os requisitos operacionais de toda a gama de missões da Aliança. Vários meses de trabalho resultaram na definição da nova NCS que certamente constitui a evolução mais importante da organização militar da Aliança desde a sua criação. Como declarou o secretário-geral da aliança, George Robertson “Esta é a nova OTAN para enfrentar os futuros desafios”.

2.3. Razões para as mudanças

Face às novas realidades e ameaças¹⁸ diminuiu a necessidade de defesa estática da Aliança. Desta forma a abordagem cada vez mais pró-activa da OTAN para a gestão de crises, exigia um reforço da capacidade de *deployment*, flexibilidade, capacidade de resposta e robustez¹⁹. Inter-relacionado com isto, estava o reconhecimento de que a OTAN tinha áreas de interesse fora da sua área de responsabilidade tradicional. A evolução da estrutura das forças²⁰, a evolução do relacionamento com a União Europeia e a necessidade de reduzir a diferença de capacidades entre os EUA e os seus Aliados, eram novas razões para uma nova mudança se efectuar. Ao mesmo tempo, as

¹⁶ LEANDRO, Garcia (2004) – **OTAN - A Cimeira de Istambul**. Diário de Noticias (12 de Julho de 2004).

¹⁷ SANTOS, General Loureiro dos – **A Idade Imperial – A nova Era**. Mem Martins: Europa América, Lda., 2003. pg 182

¹⁸ Apresentadas no Capítulo 1. deste trabalho, O Actual Ambiente Estratégico.

¹⁹ Garantindo que um quartel-general é capaz de efectuar operações com os seus recursos de tempo de paz

²⁰ Particularmente a criação de quartéis-generais de forças terrestres e navais de alta prontidão



crescentes pressões orçamentais nos países e de reduzidos efectivos, aumentavam a necessidade de melhorar a eficácia através duma reforma institucional. Tudo isto foi grandemente reforçado pela mudança da visão estratégica no seguimento do 11 de Setembro de 2001, pelo subsequente incremento de importância que os EUA passaram a dar à sua Segurança Interna e com a sua recusa de continuar com comandos operacionais da OTAN no interior do seu território. Operacionalizaram esta ideia quando, no seu *Unified Command Plan*²¹, definiram que o Comando Conjunto das Forças dos EUA (USJFCOM) deixaria de ter atribuída uma área geográfica²², ficando apenas com as atribuições de natureza funcional na área do treino, aquisição de equipamentos, integração de forças americanas e desenvolvimento e experimentação de conceitos. A solução passou pela criação de um novo Comando – o *Northern Command* – com a missão de defender os EUA e dar apoio às Autoridades Civas²³. Este Comando abrange para além do próprio território, os Oceanos Pacífico e Atlântico, até às 500 milhas. Assim a área geográfica anteriormente atribuída ao USJFCOM transitou para o Comando Europeu (EUCOM²⁴), acrescentando assim o Atlântico à sua área de responsabilidade²⁵.

2.4. Evolução relativamente à antiga Estrutura

Para desenvolver o conceito da transformação, a Aliança usou como ponto de partida o modelo do USJFCOM, o motor da mudança interna das forças dos EUA²⁶. Com base nele, a OTAN definiu cinco “pilares” principais da transformação: Conceitos Estratégicos, desenvolvimento da doutrina e da política; requisitos, capacidades, planeamento e implementação; capacidades futuras, investigação e tecnologia conjuntas e combinadas; experimentação, exercícios e avaliação conjuntos; formação e treino conjuntos.

Os quatro primeiros pilares destinam-se fundamentalmente para identificar, desenvolver e documentar os conceitos e estratégias transformacionais, sendo o segundo pilar o veículo que ditará os conceitos transformacionais escolhidos. Por sua vez o quarto e quinto pilares coordenarão e implementarão os resultados dos outros pilares em treinos e exercícios. Mas uma coisa é certa, a transformação da OTAN não

²¹ Plano do Comando Unificado

²² Cf Anexo 1 (Mapa da distribuição dos Comandos da Estrutura de Defesa dos EUA)

²³ Homeland Defense

²⁴ European Command – Comando dos Estados Unidos da América localizado na Alemanha. A partir deste momento, passou igualmente a ser responsável pelas relações com a Rússia.

²⁵ Também importante para esta mudança foi: a participação da OTAN na “guerra contra o terrorismo” dirigida pelos EUA e pela sua crescente preocupação com a ameaça representada pela proliferação das armas de destruição maciça.

²⁶ Como referido nesta página, linhas 5.



será feita duma vez, será um processo de desenvolvimento progressivo para garantir que a Aliança continue a estar na “vanguarda” militar.

Na prática, a anterior estrutura que era fundamentada na geografia, foi transformada numa nova estrutura fundamentada na funcionalidade²⁷. Esta nova estruturação vem eliminar o risco de duplicações desnecessárias no seio da organização, racionalizando-se as relações de trabalho acelerando e centralizando as acções dos estados-maiores. Permite ainda que um maior volume de trabalho seja gerido por menos efectivos²⁸.

A nova Estrutura de Comando substitui uma outra que já era considerada como um importante passo em frente, quando foi introduzida na Cimeira de Washington em 1999. Baseada nas primeiras experiências pós - Guerra Fria, a Estrutura de Comando da OTAN de 1999 era concebida para ter em conta a expansão da gama de missões da Aliança, incluindo em particular a manutenção da paz, para promover o desenvolvimento do conceito das Forças Operacionais Combinadas Multinacionais (CJTF), permitindo “criar uma estrutura de Comando e Controlo flexível e modular, orientada para uma missão específica, que permita que forças militares da Aliança e outras não pertencentes à mesma, possam operar em conjunto, seja na execução de uma ajuda humanitária, em operações de apoio ou de imposição da paz e de defesa colectiva”²⁹ fomentando assim as ligações com os parceiros estratégicos e ajudar a facilitar o desenvolvimento da IESD. A Estrutura anterior era baseada primariamente, como todas as suas antecessoras, numa divisão geográfica das responsabilidades. A área de responsabilidade da Aliança estava dividida em dois Comandos Estratégicos com tarefas largamente comparáveis: o Comando Aliado da Europa (ACE) e o ACLANT. Subordinados a estes tínhamos sete quartéis-generais de segundo escalão³⁰. Esta Estrutura de Comando era formada por 20 quartéis-generais, representando uma acentuada redução do total anterior de 65 e assim um assinalável progresso, no que diz respeito ao binómio custo-eficácia .

No entanto esta última evolução e após verificadas as razões para a mudança³¹, foi considerada insuficiente, avançando-se para uma abordagem baseada na funcionalidade. Esta nova Estrutura de Comando passa igualmente a ser enquadrada

²⁷ No sentido de se ajudar a promover a integração, a harmonização e a coesão da Aliança

²⁸ No actual ambiente estratégico bastante mais dinâmico, fluido e consciente dos recursos, em que a transferência segura, global e maciça de dados em tempo real está facilmente disponível, tal abordagem é essencial.

²⁹ RAMALHO, Pinto – **Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica / 1949 – 1999**. Lisboa: MDN, 1999. ISBN 972-95256-1-7, pg 300

³⁰ Cf Anexo 2 (Estrutura de Comandos da OTAN (1999))

³¹ Com referido na página 9.



por dois Comandos Estratégicos. Contudo toda a funcionalidade operacional da OTAN é concentrada num único Comando Estratégico – o Comando Aliado das Operações (ACO) – responsável agora por toda a área de responsabilidade da OTAN. Mas num mundo em rápida evolução, é essencial pensar no futuro, esta responsabilidade está atribuída ao Comando Aliado da Transformação (ACT), que dirige os esforços militares que visam transformar a Aliança. Na prática, as capacidades dos dois Comandos Estratégicos estão integradas e são intrinsecamente interdependentes. As responsabilidades de liderança são partilhadas entre os dois mas, para quase todas as questões ou tarefas, um deles dirige e o outro actua em seu apoio³².

Podemos no entanto afirmar que, de todas as mudanças realizadas, aquela que é considerada como a maior iniciativa operacional é a criação da NRF. Esta força pode atingir a dimensão de brigada, em termos da componente terrestre, e incluir as componentes aérea e naval complementares, atingindo um efectivo final de 20.000 homens. A NRF foi criada para conferir à Aliança uma capacidade sem precedente de resposta a crises. Comandada por um Quartel-General Destacável de Força Operacional Combinada (DJTF), a NRF permitirá à OTAN dar uma resposta militar rápida anulando desta forma durante a sua fase inicial uma possível crise em desenvolvimento. Uma vez destacada e caso haja necessidade, a NRF poderá ser “aumentada” para uma CJTF muito mais forte e com mais apoio. Além disso, veio impor aos países da OTAN requisitos rigorosos de capacidade de destacamento e de resposta, exigindo igualmente um reforço de capacidades em muitas áreas, passando também a actuar como um impulsionador essencial da transformação da Aliança.

Em consequência deste novo conceito, os dois comandos estratégicos estão profundamente envolvidos no desenvolvimento da NRF.

³² Cf Apêndice 2 (Nova Estrutura de Comando)



“...a política de defesa nacional deve compatibilizar a defesa dos interesses nacionais com as parcerias político-militares e a participação plena nas organizações internacionais que Portugal integra.”

Livro Branco da Defesa Nacional (2001), pg 13

3. Portugal e o Joint Headquarter LISBON

3.1. Nota Introdutória

No âmbito da transformação da estrutura de Comandos da OTAN, Portugal tinha inicialmente no seu seio um comando regional – Regional Headquarter (RHQ) SOUTHLANT – situado na área de responsabilidade do ACLANT, comandado por um Oficial-General Português ou equivalente, passou a ter a responsabilidade de manter um dos três únicos comandos regionais operacionais. Este Comando será “valorizado” com mais pessoal e novas capacidades operacionais, de tal forma que, como sucede com todos os pontos chave da Aliança, irá ser comandado por um Oficial-General Norte-Americano e situar-se-á na área de responsabilidade do ACO.

A vinda deste comando para Portugal não foi facilitada, como tentaremos demonstrar no capítulo 4. deste trabalho.

Este novo comando, inicialmente designado como *Joint Command West*, passou a ser designado como *Joint Headquarter West* e actualmente JHQ LISBON. Ocupará as mesmas instalações do anterior, passando contudo a possuir uma ligação operacional permanente com a plataforma marítima *USS Mount Whitney*. Esta alteração dar-lhe-á uma componente de flexibilidade e de comando e controlo de operações conjuntas e combinadas extremamente importantes. Este comando está vocacionado para “fazer face às ameaças que podem abordar a Europa através do amplo espaço marítimo e aéreo do Atlântico, a partir do Sul, e ainda para comandar forças conjuntas que actuem em acções de prevenção e/ou punição nos eventuais teatros de operações abertos em África, nomeadamente no seu Noroeste, Ocidente e Sul³³, além de efectuar a ligação com a América do Norte”³⁴.

³³ Que a nossa pertença à Comunidade de Países de língua Oficial Portuguesa (CPLP) potencia.

³⁴ SANTOS, General Loureiro dos – **A Idade Imperial – A nova Era**. Mem Martins: Europa América, Lda., 2003. pg 399



3.2. Análise Político-Estratégica

Não podendo descorar os Objectivos Permanentes Históricos de Portugal, dos quais se deve realçar “a Individualidade de País independente”³⁵, a emergência das novas fontes de instabilidade e das novas conflitualidades que, põem permanentemente em causa a segurança e paz mundial, Portugal teve que desenvolver um conceito alargado de segurança, o qual deixou de perseguir objectivos unicamente centrados nos interesses vitais associados com a defesa do território e da soberania do Estado, passando à ideia de segurança cooperativa, acabando por se reflectir, no empenho do Governo Português “no esforço de adaptação e actualização do funcionamento das instituições internacionais, como é o caso da Organização da Nações Unidas (ONU), da OTAN, da UE e da CPLP”³⁶, às exigências do novo ambiente estratégico. Deste modo, Portugal continua em termos de prioridade relativa, orientado para o conceito de segurança colectiva, no quadro das alianças de defesa estabelecidas. Face às grandes mudanças na Europa e à renovação da OTAN, Portugal tem procurado conciliar o seu tradicional atlantismo, com uma viragem à Europa:

- O atlantismo que decorre da sua localização e configuração arquipelágica.
No pendor atlantista, Portugal inclui, como uma importante mais valia, o seu relacionamento privilegiado com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o Brasil .
- A viragem à Europa deriva da opção de um renovado e conseguido protagonismo na construção europeia, para dar uma dimensão política à UE, com a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), com vistas à competitividade, ao reforço da coesão social, da democracia e da paz.

Neste quadro, Portugal:

- apoia o desenvolvimento da IESD e a reorganização em curso para dotar a UE de meios operacionais e de comando, comuns à OTAN;
- apoia a abertura da OTAN a novos membros;
- dinamiza o Diálogo com o Mediterrâneo (MD)³⁷, contribuindo para a criação do Grupo de Cooperação do Mediterrâneo³⁸.

³⁵ CARVALHO, Virgílio de – **O Mundo a Caminho de uma Ordem Multipolar Democrática**. Loulé: Instituto Universitário Dom Afonso III, 2003. ISBN 972-99082-0-6, pg 29.

³⁶ Programa do XVI Governo Constitucional, Defesa Nacional

³⁷ Que tem sido sobretudo político, servindo para promover uma maior compreensão da política e actividades da OTAN nos países do Diálogo e simultaneamente para explorar as suas necessidades em matéria de segurança. Desta forma, o intercâmbio de informação tem sido o cerne do Diálogo, através do Grupo de Cooperação do Mediterrâneo. – SAID, Mohamed Kadry – **Avaliação do Diálogo do Mediterrâneo da OTAN** / <http://www.nato.int/docu/review/2004>

³⁸ Um fórum criado na Cimeira de Madrid da Aliança em 1997. Através do qual, os Aliados têm debates políticos regulares com os diversos Parceiros do Diálogo. – SAID, Mohamed Kadry – **Avaliação do Diálogo do Mediterrâneo da OTAN** /



3.2.1. A Política Externa de Portugal

De acordo com os documentos estruturantes de Portugal, podemos afirmar que, a política externa do país tem sido desenvolvida no sentido de se continuar a afirmar em todas as organizações internacionais em que participa, tendo como pilares os seguintes eixos estratégicos:

- “- reforçar o papel de Portugal como sujeito activo no processo de construção europeia;
- reforçar a relação privilegiada com o espaço lusófono, nomeadamente através da projecção de valores e interesses nos PALOP, no Brasil e em Timor;
- privilegiar a ONU, OTAN e OSCE como instituições basilares da arquitectura de segurança e defesa;
- aprofundar as relações bilaterais com os países vizinhos e os parceiros estratégicos.
- reforçar a presença nas organizações internacionais.”³⁹

Neste quadro existe a convicção de que, “na relação transatlântica Portugal não é uma periferia, Portugal tem uma centralidade que não deve entregar a ninguém”⁴⁰ e assim continua “a dispor de uma expressão muito superior à que lhe é dada pela sua dimensão geográfica e os seus recursos humanos que verdadeiramente o consubstanciam forem capazes de tirar partido da excelente posição geográfica em que o país se localiza e das redes de relações políticas que mais nos interessam”⁴¹. Essa expressão tem-se traduzido numa maior capacidade de afirmação a nível global e num maior e específico peso nas diversas organizações internacionais de que faz parte, o que se deverá intensificar através da cada vez maior participação de Portugal nos diversos órgãos de decisão e nas iniciativas internacionais destas organizações.

3.2.1.1. Portugal no processo de Construção Europeia

“A UE constitui um poderoso factor de afirmação de Portugal no mundo. Importa pois, continuar a dinamizar a nossa participação na

<http://www.nato.int/docu/review/2004>

³⁹ Programa do XVI Governo Constitucional, Política Externa.

⁴⁰ Ministro de Estado e da Defesa Nacional; no IAEM em 28 de Maio de 2003, in Seminário sobre a Segurança e Defesa Europeia

⁴¹ Santos, Gen José Alberto Loureiro dos - **O Atlântico na Independência da Portugal**, in *Revista Militar*, N° 2423. Lisboa: Revista Militar, 2003. ISSN 0873-7630. pg 1252.



formulação da Política Externa e de Segurança Comum (PESC)”⁴², no sentido de garantir a consecução dos seus objectivos⁴³.

Neste sentido, foi com alguma naturalidade que, Portugal apoiou o desenvolvimento da IESD e a progressiva integração da UEO na UE como forma de a sustentar⁴⁴, mantendo no entanto, a sua convicção de que, qualquer projecto europeu no quadro da IESD não poderá ser feito à margem da OTAN, uma vez que terá elevada importância o apoio que a OTAN possa dar em missões da UE, nomeadamente com os comandos do ACO entre os quais o JHQ LISBON. A título de exemplo, apresentamos o que se passou com a Operação Concórdia que a UE desencadeou na Macedónia, desde Abril de 2003, altura em que a OTAN lhe passou a responsabilidade da operação. Neste caso a UE utilizou todos os meios da OTAN necessários, entre os quais, como Quartel General, o Comando e Forças Conjuntas do Sul (JFCSOUTH) em Nápoles. Isto porque no desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa (PESD)⁴⁵, a UE não previu a constituição de uma estrutura própria de comando, a sua capacidade neste campo tem assentado nas ofertas de outras organizações, nomeadamente da OTAN. Não estando nas mãos de Portugal disponibilizar à UE um Quartel General (QG) que é da OTAN, pode no entanto influenciar para que futuros interfaces entre a OTAN e a PESC passem por Oeiras.

3.2.1.2. Reforço da relação privilegiada com o espaço lusófono

Na CPLP, Portugal deve fazer por valorizar e aprofundar os estreitos laços que o une ao mundo lusófono, passando necessariamente, pelo aprofundamento do relacionamento bilateral com os seus membros, nas

⁴² Programa do XVI Governo Constitucional, Política Externa.

A PESC é o 2º pilar do Tratado da União Europeia. Foi instituída e é regida pelo Título V do Tratado da UE e prevê a definição, a prazo, de uma política comum de defesa que poderia conduzir, no momento oportuno, a uma defesa comum. Os seus objectivos são definidos no artigo 11º do Tratado da UE e são concretizados mediante o recurso a instrumentos jurídicos próprios, aprovados por unanimidade no âmbito do Conselho. - **Glossário** :<http://europa.eu.int/>

⁴³ Salvar os valores comuns, os interesses fundamentais e a integridade da União; Preservar a paz e reforçar a segurança internacional de acordo com os princípios da Carta das Nações, do Acto de Helsínquia e da Carta de Paris; Promover a cooperação internacional; Desenvolver e consolidar a democracia e o estado de direito, bem como o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

⁴⁴ “pode-se dizer, ainda que com algumas reservas, que Portugal passou de uma posição atlantista, muitas vezes próxima do Reino Unido, para uma posição a que alguns autores chamam de «euro-atlântica»” - BARROSO, José Manuel Durão; **A Identidade Europeia de Segurança e Defesa**, in Nação e Defesa, nº 84. Lisboa: IDN, 1998.

⁴⁵ Faz parte integrante da PESC da UE e inclui a definição progressiva de uma política de defesa comum da União, cujo objectivo é de conduzir a uma defesa comum logo que o Conselho Europeu, deliberando por unanimidade, assim o decida (artigo I-40º). Não implica a criação de um exército europeu e evolui de forma compatível e coordenada com a OTAN. - **Glossário** :<http://europa.eu.int/>



mais diversas áreas, particularmente nas questões ligadas à segurança e defesa destes países.

Caso venha a ser necessário, Portugal manterá sempre a possibilidade de usar da sua influência na OTAN para esta poder actuar em qualquer um destes países. Sendo pois, aqui que a existência e manutenção de um comando OTAN (de 2º nível), em Portugal se pode assumir de relevante importância, mais ainda tendo a possibilidade de conduzir operações, prioritariamente, direccionadas para o Atlântico Sul, e com a possibilidade de embarcar um QG numa plataforma marítima, possibilitando o posicionamento deste nas proximidades da área de operações.

3.2.1.3.Privilegiar a ONU, OTAN e OSCE como instituições basilares da arquitectura de segurança e defesa

“Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 e 11 de Março de 2004 provaram que a segurança e a defesa não devem ser entendidas unicamente numa perspectiva militar. Efectivamente, os desafios que se colocam hoje em dia à paz e estabilidade mundiais devem privilegiar uma abordagem multifacetada e plural de acção política.”⁴⁶ Portugal deve continuar a apoiar e se possível a participar activamente no papel importante que a ONU e a Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) desempenham no campo da diplomacia preventiva, na concertação de posições e na solução de conflitos pela via negocial.

Uma das formas de o fazer, será através da participação em algumas das missões desenvolvidas sob a égide das Nações Unidas, independentemente do mandato ser atribuído ou não à OTAN. No caso do mandato ser atribuído à OTAN, mais uma vez se poderá considerar a hipótese de utilização do JHQ LISBON como QG da missão.

A OTAN, por sua vez, permanece “uma instituição de referência na defesa colectiva, visto tratar-se de uma organização que dispõe de garantias de solidariedade consagradas no Artigo 5º do Tratado. O progressivo

⁴⁶ Programa do XVI Governo Constitucional, Política Externa.



alargamento das operações *out of area* faz igualmente da Aliança uma instituição cada vez mais importante para a paz e estabilidade mundiais.”⁴⁷

Devemos salientar que, Portugal conserva a sua importância estratégica, tendo uma posição privilegiada no quadro de ligação entre os dois lados do Atlântico, que desde a fundação da OTAN em 1949 se mantém intacta, aumentando a sua importância em termos de crise em que se revela mais necessária a presença americana na Europa. Os Açores continuam a ser um ponto de fundamental importância que pode continuar a ser capitalizado por Portugal. Num contexto de alargamento da OTAN, esta posição poderá vir a ser reforçada, como ligação entre os EUA e os novos parceiros no contexto da organização. Isto numa altura em que relação entre a América do Norte e a Europa tem sofrido um incremento no seio da Aliança Atlântica. Mais ainda, se considerarmos que “a mobilidade proporcionada pelos dois *heartlands* (Atlântico Norte e Atlântico Sul), se convenientemente utilizada e aproveitada, e as relações de aproximação político-estratégica entre os centros de poder que os circundam, se mantidas e reforçadas, constituirão excelentes potenciadores de massa crítica estratégica nacional”⁴⁸.

3.2.1.4. Aprofundar as relações bilaterais com os países vizinhos e os parceiros estratégicos.

“Sendo a Espanha o único vizinho terrestre, as nossas relações bilaterais devem ser objecto de particular atenção. É fundamental maximizar as sinergias criadas pela intensificação das relações políticas, económicas e culturais entre os dois países, identificando convergências de interesses conjunturais e procedendo à sua valorização no quadro de uma relação peninsular equilibrada”⁴⁹. O que acabou por se verificar durante as negociações que trouxeram o JHQ LISBON para Portugal, uma vez que a Espanha, o aceitou após a negociação de algumas contrapartidas, entre elas a garantia de cargos de topo na estrutura deste novo Comando⁵⁰.

⁴⁷ Programa do XVI Governo Constitucional, Política Externa.

⁴⁸ Santos, Gen José Alberto Loureiro dos - **O Atlântico na Independência da Portugal**, in *Revista Militar*, N.º 2423. Lisboa: Revista Militar, 2003. ISSN 0873-7630. pg 1251.

⁴⁹ Programa do XVI Governo Constitucional, Política Externa.

⁵⁰ Cf Anexo 3 (Estrutura Superior de Comando do JHQ LISBON)



Por sua vez a dimensão mediterrânica da nossa política externa tem vindo a ser e continuará a ser valorizada, tendo em vista a consolidação de uma zona de paz, estabilidade, liberdade e prosperidade na região, destacando-se a este respeito o relacionamento privilegiado que Portugal mantém com os países do Magreb, em particular Marrocos, com o qual se realizam cimeiras periódicas. Acreditamos que esta actuação de Portugal terá sido de primordial importância para a tomada de decisão para que o 3º Comando de 2º nível da OTAN viesse para Portugal. Este facto, permite não apenas que consigamos garantir a manutenção destas relações privilegiadas com o Magreb, mas também que se constitua como um meio para manutenção deste comando em território nacional.



“A desactivação do JHQ SOUTHLANT e a activação do JHQ LISBON não é um fim mas um novo início na continuação da evolução da OTAN ...”

General James L. Jones – SACEUR

4. JHQ LISBON – Negociações, Implementação e Operacionalização

4.1. Negociações⁵¹

Em Novembro de 2002, na Cimeira de Praga, os Chefes de Estado e de Governo dos países membros da Aliança Atlântica concordaram com a necessidade de se proceder à revisão da estrutura da NCS, de modo a fortalecê-la e prepará-la para, minimizando riscos, fazer face às ameaças e aos desafios com que poderá vir a ter de defrontar no século XXI.

Neste processo, desde cedo Portugal assumiu como objectivo estratégico manter um QG da OTAN do nível operacional (2º nível) em território nacional.

Face a tal objectivo foi necessário desenvolver um conjunto de acções que obrigaram a contornar as subtilezas dos interesses dos outros países membros da Aliança, em competição neste processo, obrigando a apurados estudos, cuidadas reflexões e ponderadas decisões.

Sem nunca perder de vista um resultado favorável que em algumas ocasiões quase se julgou comprometido, pelo vigor emprestado por alguns países aliados na defesa dos seus interesses, este processo acabou por ser concluído com êxito.

O processo de reestruturação teve início num trabalho conjunto efectuado pelos Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa da DGPDN/MDN e Direcção de Serviços das Organizações de Defesa e Segurança da DGAM/MNE que, numa óptica político-estratégica, que dissecou as implicações que as transformações nas estruturas de comandos, tanto da Aliança Atlântica como dos EUA, poderiam vir a ter no RHQ SHOUTLANT.

Este relatório de reflexão levantou as seguintes hipóteses para o Comando em questão:

- **Simplemente desaparecer** – hipótese pouco provável, mas não totalmente de excluir;
- **Baixar formalmente de nível** – mantendo-se o ACLANT, hipótese pouco provável, uma vez que nunca se tinha verificado essa necessidade em

⁵¹ Elaborado com base em diversas entrevistas feitas na DGPDN/MDN, sendo a primeira com o TGen Pinto Ramalho e as seguintes com o TCor Inf João Quadros.



relação aos seus Comandos Sub-Regionais. No entanto numa nova estrutura, este não será uma hipótese a excluir;

- **Manter o nível, mas perdendo a importância no seio da estrutura OTAN** – hipótese levantada na ocasião, considerada como a menos negativa;
- **Manter o nível mas sendo valorizado** – caso Portugal fosse capaz de responder adequadamente ao desafio que se colocava (hipótese que, como se sabe, veio a ser concretizada).

Procurando antecipar-se a futuras decisões, foi-se levantando um racional coerente tendo em vista sustentar os argumentos que seriam utilizados na prossecução do objectivo a que Portugal se propusera.

Portugal começou por salientar que considerava que a NCS com um único comando estratégico, poderia vir a ter graves custos operacionais⁵². Para além disto, considerava-se que a abolição do ACLANT, tornaria menos visível a coerência e a coesão estratégica transatlântica⁵³ e também que, haveria uma clara desvalorização do espaço estratégico do Atlântico Norte⁵⁴.

Pode afirmar-se que Portugal começou a fazer valer verdadeiramente os seus argumentos quando em Setembro de 2002 apresentou na Reunião do SOG⁵⁵ o documento intitulado “*Revision of the NATO Command Structure - PORTUGUESE PERSPECTIVES*”⁵⁶ no qual, sustentada numa avaliação exaustiva sobre o que Portugal entendia serem as ameaças com que a OTAN terá de lidar no futuro, se apresentavam as ideias nacionais quanto à nova NCS.

No prosseguimento do objectivo a que Portugal se propôs, entendeu-se que aqueles argumentos poderiam ser insuficientes para garantir a consecução do objectivo nacional. Assim procuraram-se novos pontos de vista que pudessem valorizar a importância do RHQ SOUTHLANT, destacando-se:

- A existência de elevadas capacidades operacionais, nomeadamente Comando e Controlo (C2), que no momento, estavam a ser incrementadas

⁵² Passava a existir um peso excessivo sobre o SHAPE, tendo como consequência uma perda da visão superior estratégica que até então decorria da existência do SACLANT

⁵³ Perder-se-ia um interlocutor privilegiado no continente Americano

⁵⁴ No contexto Euro-Atlântico

⁵⁵ Grupo “ad hoc” que, funcionando à margem dos mecanismos normais da Aliança, foi criado (por pressão dos EUA) para, de uma forma mais célere, lidar com os aspectos político-militares da reestruturação da NCS. Co-presidido pelos EUA e pela Holanda, sendo a vice-presidência assumida pelo Secretariado Internacional, era constituído por representantes nacionais ao nível do Director-Geral de Política de Defesa. De acordo com os seus *Terms of Reference* (TOR) cabia-lhe realizar a revisão do trabalho desenvolvido pelas Autoridades Militares e reportava directamente aos Ministros da Defesa.

⁵⁶ CF Anexo 4 (PORTUGUESE PERSPECTIVES)



com a instalação do *Common Operational Picture (COP)*⁵⁷ – em paralelo com o que estava a decorrer nos outros Comandos Regionais do ACLANT;

- A profundidade e interesse da sua área de responsabilidade, incluindo a ideal localização dos arquipélagos Açores e Madeira e o adjacente espaço marítimo de ligação e circulação;
- A necessidade da OTAN controlar as linhas de comunicação marítimas (SLOCs – *Sea Lines of Communication*) que cruzam aquele espaço;
- As excelentes características do binómio costa/mar, nomeadamente no que diz respeito às infra-estruturas portuárias e aeroportuárias (militares e civis) existentes na proximidade daquele Quartel-Genaral, assim como a existência de importantes infra-estruturas militares nas proximidades de Oeiras⁵⁸;
- As relações mantidas pelo RHQ SOUTHLANT com países do MD, especialmente Marrocos, e o interface daquele comando com as diversas Embaixadas daqueles países presentes em Portugal;
- O profundo conhecimento dos problemas de segurança em potenciais áreas de crise, em especial nas regiões noroeste e oeste de África, bem como o profundo conhecimento sobre a problemática do Magreb e do Mediterrâneo Ocidental e a particular ligação daquele comando à região do Magreb;
- Por último, a possibilidade de, em termos de estratégia funcional, se poder constituir como a charneira ideal para com qualquer mecanismo/instituição de segurança e defesa que se venha a constituir no Atlântico Sul.

Procurou-se também avançar com alguns aspectos que poderiam colocar o RHQ SOUTHLANT numa posição mais vantajosa, tendo na altura sido referidos: torná-lo mais *Combined* e mais *Joint*; desenvolver maior capacidade para gerar forças; o seu Comandante deveria passar a ser um Oficial-General de 4 estrelas; dever-se-iam valorizar todas as suas aptidões para actuar em ambiente de guerra NBQ e luta contra o terrorismo; ser interface com forças da OTAN (no âmbito da UE); por último, ser o interface com forças não OTAN (no âmbito dos países participantes do MD, designadamente em relação a actividades ligadas à participação em exercícios de Operações de Resposta a Crises (CRO's)).

⁵⁷ É um sistema de informações que permite visualizar num vulgar ecrã de computador a localização das forças navais, terrestres e aéreas

⁵⁸ Tais como o Campo de Tiro de Alcochete, Base Naval de Lisboa, depósitos de Combustíveis OTAN (POL), áreas de instalação e instrução (Pinheiro da Cruz – Melides- Sines), entre outras.



A vocação Atlântico – Mediterrânica do Comando assentaria na própria posição geográfica de Oeiras e no tradicional posicionamento de Portugal como país de vocação “mediterrânica”. Além disto, Portugal tem por tradição histórica uma visão específica quanto à gestão de crises na zona do Magreb a África Ocidental⁵⁹.

Chamou-se ainda a atenção para outros e importantes factores como:

- O facto de não estar a ser dado o devido ênfase, por parte da OTAN, ao acervo histórico, considerava-se que não se poderia deixar de lembrar que a Aliança não estava a começar do zero. Sendo assim, a existência de várias infra-estruturas pagas por fundos comuns, bem como de capacidades adquiridas por Portugal e disponíveis e ainda uma *regional expertise* acumulada em termos das realidades geográficas (*intelligence* e adequação operacional), são aspectos que não podem deixar de ser levados em conta.

- Sendo, a estrutura de comando um instrumento de coesão da Aliança, com 19 países⁶⁰ membros ao nível superior (estratégico e subestratégico), não tem lógica que a NCS pudesse ser entregue a 3 ou 4 países membros e que os restantes fossem, apenas, fornecedores de forças.

- Se considerava menos favorável para a Aliança, acabar por ser a visão economicista a comandar a reforma da NCS em detrimento dos objectivos estratégicos, que a mesma pretende prosseguir e salvaguardar.

- Se considerava também importante que existisse um QG OTAN na Península Ibérica e que actualmente o único com capacidade para o controlo de Operações Conjuntas e Combinadas seria o Comando situado em Oeiras.

- Se considerava de extrema importância manter um Comando OTAN no Sul da Europa uma vez que, com as alterações estratégicas vividas no mundo, as principais ameaças e futuras áreas de conflito se deslocaram para o flanco Sul da Aliança (MENA⁶¹) materializando um arco de instabilidade abraçando a área Euro-Atlântica pelo Sul, com especial destaque para os seus extremos Este e Oeste. É pois nestas regiões que as principais organizações terroristas encontraram bases seguras para desenvolverem as suas actividades (grande parte delas, viradas para a actuação em países membros da Aliança, como verificámos nos dias 11 de Setembro de 2001 nos EUA e no dia 11 de Março de 2004 em Espanha). Como justificação para esta situação, podemos observar que se prevê que a população em África (em particular na

⁵⁹ Considerada como vantagem, como referido no sub-capítulo 3.2.1.4. pg 19.

⁶⁰ No momento destes estudos faltava aproximadamente 1 (um) ano para que acontecesse o alargamento da Aliança

⁶¹ *Middle East and North of Africa*



Região do Magreb) duplique nos próximos 25 anos, não sendo este crescimento acompanhado pelas necessárias estruturas. Por outro lado, nos últimos anos o conflito interno na Argélia (com alguma repercussão externa) causou 100.000 mortos e refreou tanto quanto possível o desenvolvimento do Fundamentalismo Muçulmano no país. Assim como em Marrocos, este tipo de Fundamentalismo está de tal forma em ascensão, que aí foram detectadas algumas células da Al Qaeda, por outro lado o conflito no Sahara Ocidental continua, sem que se vislumbre qualquer solução. Logo o Estreito de Gibraltar e as suas rotas de aproximação mantêm-se como um ponto de grande sensibilidade.

Com o evoluir das negociações, fruto de concretas acções de sensibilização desenvolvidas tanto nos diversos “fóruns” da OTAN como em acções de cariz bilateral, os apoios aos argumentos nacionais foram sendo conquistados cabendo referir-se que, a título de exemplo, em Janeiro de 2003 Portugal já tinha o apoio da Grécia, Itália, Espanha aos quais, em Fevereiro, se reuniram também a Bélgica e a Noruega.

Também a França, que sempre se empenhou em participar na discussão sobre a NCS, demonstrou alguma simpatia pelas posições nacionais, nomeadamente quanto à possibilidade do Quartel-General em questão poder vir a ser utilizado pela UE (como foi referido anteriormente).

Os Britânicos quase até ao final do processo (Março de 2003), foram acérrimos defensores de que o terceiro quartel-general de 2º nível deveria ficar situado em Norfolk (EUA). Só quando foi conhecida a posição definitiva dos EUA (que não ficariam com nenhum comando operacional da OTAN no seu território) aquiesceram a custo, quanto à transformação do RHQ SOUTHLANT em terceiro comando de 2º nível da nova NCS.

Assim, após cerca de um ano e meio de intensas negociações, no MC/CS de 13/14 de Maio de 2003, foi parcialmente⁶² aprovado o documento MC 324/1 (*Military Decisison*) – *THE NATO MILITARY COMMAND STRUCTURE*.

A nova NCS, acordada no documento SOG-N(2003)0005-Rev5 (INV) de 11Jun03 – *Senior Officials Group on the NATO Command Struture, Draft Report to Ministers*, transmitida ao Concelho do Atlântico Norte (NAC) e ao Comité de Planeamento da Defesa (DPC) pelo documento PO(2003)097 de 11Jun03, foi

⁶² Parcialmente porque, existiam alguns pontos de desacordo, nomeadamente, a Espanha e a Grécia não concordavam com a localização geográfica da totalidade dos sub-comandos pertencentes ao JFCSOUTH



finalmente aprovada em 12 de Junho de 2003 durante a reunião do NAC em sessão de Ministros da Defesa⁶³.

Tomada que estava a decisão sobre a nova NCS na qual passava a existir o JHQ West em Oeiras o qual se encontrava ao nível dos outros dois Comandos de Forças Conjuntas (JFC) (Brunssum e Nápoles), alguns aspectos da decisão entretanto tomada, mereciam ainda a atenção de Portugal. Vejamos quais.

Quando iniciada a discussão sobre os oficiais gerais (*Flagg Officers*), do JHQ West, estava em discussão a seguinte constituição:

<i>Funções</i> ⁶⁴	<i>Postos</i>		
	<i>TGEN</i>	<i>MGEN</i>	<i>BGEN</i>
<i>Comandante (CINC)</i>	1		
<i>2º Comandante (DCINC)</i>		1 ⁶⁵	
<i>CEM (COS)</i>		1	
<i>SubCEM para as Operações (DCOS Operations)</i>			1
<i>SubCEM para o Apoio (DCOS Support)</i>			1
<i>Oficial de Operações (J3)</i>			1
Totais	1	2	3

Tabela 1.1. *Flagg Officers* - Postos

Comparando os *Flagg Officers* previstos para os JFC (NORTH e SOUTH) e os previstos para JHQ West, verificou-se então que os CINC dos JFC seriam Oficiais Gerais de 4 estrelas enquanto o do JHQ seria um Oficial General de 3 estrelas. Semelhante situação (um posto inferior) podia ser constatada em relação aos outros *Flagg Officers* (DCINC, COS, DCOS e J3).

As razões então apresentadas para fundamentar a não concordância com esta situação, foram de que não deve ser a dimensão de um Comando mas sim o nível de responsabilidade em que se insere, os seus *Terms of Reference* e o nível de forças que eventualmente virá a ter sob seu comando, que deveriam determinar não só o nível hierárquico do Comandante como dos restantes Oficiais-Generais previstos nos quadros de pessoal de tempo de paz.

Entendia-se que, sendo o JHQ um Comando de nível operacional, isto é do mesmo nível que os dois JFCs, o CINC do JHQ West, e também os outros oficiais

⁶³ A nova NCS encontra-se reflectida oficialmente no documento MC 324/1 (Final) – Final decision on MC 324/1 “THE NATO MILITARY COMMAND STRUTURE, de 28Maio4”

⁶⁵ Na implementação este passou a TGen

⁶⁴ CINC (*Command in Chief*), DCINC (*Deputy Command in Chief*), COS (*Chief of Staff*), DCOS (*Deputy Chief of Staff*).



generais, deveriam possuir postos equivalentes aos dos outros Oficiais Gerais previstos para os outros dois Comandos do mesmo nível.

A posição nacional não foi aceite e os *Flagg Officers* mantiveram-se conforme estava inicialmente previsto, à excepção do DCINC que passou a ser Oficial General de três estrelas.

Para finalizar este capítulo entendemos oportuno frisar que “apenas a posição única e coerente, de firmeza estratégica mas grande flexibilidade táctica, permitiu a Portugal alcançar um resultado em que poucos acreditavam.

Logrou-se responder atempadamente a todas as evoluções da situação, jogando nos vários grupos e centros de decisão, conseguindo sempre recuperar, e mesmo até avançar, depois de desaires sofridos ao longo do percurso.

Fomos dos primeiros países a prestar atenção a esta matéria e, por isso, de certo modo, condicionámos a discussão.

Portugal conseguiu, pela força dos argumentos utilizados, fazer alterar algumas decisões tomadas pelos EUA e outros aliados de peso.

A partir de certa altura e apesar de esforços de alguns aliados para nos afastarem, a voz portuguesa foi sempre ouvida e até determinante, particularmente junto dos que conheciam o assunto mais tecnicamente.

Conseguimos alterar a existência de um único Comando Estratégico e quando alguns países se obstinavam a defender dois comandos estratégicos com funções operacionais fomos os primeiros a aceitar um comando funcional, quando se nos tornou óbvio que tal era inevitável.

Conseguimos na discussão dos *Minimum Military Requirements* da nova NCS introduzir o terceiro quartel-general de 2º nível, perante oposição de quase todos os aliados, dando-lhe gradualmente conteúdo e estabelecendo um desenho adaptado aos nossos desideratos”⁶⁶ o que permitiu alcançar o objectivo estratégico estabelecido, merecendo a concordância de todos os países Aliados, mesmo daqueles que quase até ao final do processo eram de opinião contrária.

4.1.1 Capacidade C2: um Desafio para Portugal

Considerando-se que a especificidade do JHQ LISBON é gerar a *DJTF sea-based* e sabendo-se que a plataforma que actualmente garante esta capacidade é o *USS Mount Whitney*, que este será retirado do serviço dentro de 2 anos, julga-se

⁶⁶ Texto elaborado a partir de extractos do telegrama nº 1303 do PO PERMREP, datado de 18Jun03



que Portugal se deverá empenhar em contribuir para que seja alcançada uma solução credível para a sua substituição. Consideramos, pois, como possíveis soluções:

- Tendo por base o Navio Polivalente Logístico⁶⁷, optar por transformar aquela plataforma naval numa outra com capacidade C2 (exclusivamente nacional)

Esta solução encontra-se presentemente a ser estudada pelas autoridades nacionais, e pretende-se que fique preparada para comandar e controlar uma operação até ao escalão Divisão, no mínimo escalão Brigada (+), com a correspondente participação aérea, naval e de operações especiais (albergará um Estado Maior de 200/250 elementos).

Paralelamente, deverá ter requisitos necessários para a projecção e sustentação de uma força de escalão Batalhão, no quadro das missões de *Petersberg*⁶⁸ ou nas de apoio à política externa do Estado e de Interesse Público.

- Em parceria com outros países europeus, que não coloquem em causa a actual localização do JHQ LISBON, lograr obter esta capacidade. Devemos ter presente que existem já alguns países que possuem ou estão a desenvolver esta capacidade, nomeadamente, a França, o Reino Unido, a Espanha e a Holanda.

De referir que, se no futuro não for garantida a disponibilidade de uma plataforma naval com capacidade C2 que possa de alguma forma substituir o *USS Mount Whitney*, o estatuto do JHQ LISBON poderá vir a ser reavaliado, admitindo-se como hipóteses, novamente, a mudança do seu estatuto ou mesmo o seu desaparecimento. De qualquer forma, essa reavaliação acarretaria novas e seguramente difíceis negociações, de resultado incerto.

⁶⁷ Actualmente estão a ser definidos os requisitos técnicos e operacionais deste, que será construído nos Estaleiros de Viana do Castelo, de acordo com o previsto na Lei de Programação Militar

⁶⁸ Criadas em Junho de 1992, no Conselho Ministerial da UEO realizado no Hotel de Petersberg, nas proximidades de Bona. Em que os Estados-Membros se declararam prontos a colocar à disposição da UEO unidades militares provenientes de qualquer ramo das suas forças convencionais, com vista à realização de missões militares que podem ser realizadas pela UEO. Nestas missões, para além da defesa colectiva no âmbito da aplicação do artigo 5º do Tratado de Washington e do artigo V do Tratado de Bruxelas alterado, incluem-se: Missões humanitárias ou de evacuação de cidadãos; Missões de manutenção de paz; Missões executadas por forças de combate para a gestão de crises, incluindo operações de restabelecimento da paz. – **Glossário** / <http://europa.eu.int>



4.2. Implementação

Uma vez definidos os objectivos e os requisitos então previstos para o Comando, iniciou-se o processo de implementação em Abril de 2003 com a difusão da Directiva de Implementação da Estrutura de Comando Militar da OTAN⁶⁹.

Este processo tem sido realizado, em três fases distintas, as quais têm sido concorrentes e contam com actividades encadeadas de uma forma sequencial. Diversas das actividades expandem-se por duas ou por todas as três fases. As fases de implementação são:

- **PREPARAÇÃO** (Decorreu de Abril a Dezembro de 2003) – O objectivo desta fase era o de estabelecer as fundações conceptuais e organizacionais necessárias para que a implementação deste QG decorra com total sucesso.
- **REALINHAMENTO** (Desde 01 de Janeiro de 2004 até à activação do JHQ LISBON) – As actividades de realinhamento foram conduzidas por forma a assegurar que não teria impactos adversos à eficácia militar da OTAN e que manteria as capacidades para suportar as operações então decorrentes na Aliança.
- **TRANSIÇÃO** (Desde a activação até 30 de Junho de 2005) – Esta fase inicia-se com a activação do JHQ LISBON e continuará até se atingirem as Capacidades Operacionais Iniciais (IOC), o que deverá acontecer nunca após 30 de Junho de 2005.

Os objectivos que regem a fase de implementação são:

- Desactivar o RHQ SOUTHLANT e activar o JHQ LISBON em Março de 2004;
- Atingir as IOC nunca após 30 de Junho de 2005 e as Capacidades Operacionais Finais (FOC) nunca após 30 de Junho de 2006 sobre o comando estratégico do SACEUR;
- Estar preparado para montar a partir do IOC, um QG CJTF embarcado numa plataforma marítima. Para trabalhar em cooperação próxima com o *Striking Fleet Atlantic* (SFL), com o objectivo de efectuar uma total transição das responsabilidades CJTF do SFL para o JHQ LISBON;

⁶⁹ MCM-092-03 – NATO Military Command Structure – Implementation Directive, 23 April 2003. Esta foi a base para a elaboração de grande parte deste sub-capítulo.



- Estar pronto para comandar, através da plataforma C2, as NRF 5 e 6 a partir, respectivamente, de 01 de Julho de 2005 e 30 de Junho de 2006 e no futuro as que lhe forem atribuídas.

Assim, como os requisitos previstos:

- O JHQ LISBON terá um Quadro Orgânico de Pessoal (PE) cujo núcleo principal, será constituído por não mais que 250 elementos e por aproximadamente 87 elementos no seu Grupo de Suporte. O QG será apoiado por um Centro Regional da *NATO CIS Operating and Support Agency* (NACOSA)⁷⁰, constituída por aproximadamente 110 pessoas. Para além do pessoal, significa um forte incremento de tecnologia de CIS no nosso território;
- O Comandante e o Estado Maior do QG DJTF deverão encontrar-se no JHQ LISBON, com a finalidade de desempenhar as obrigações da NRF, mantendo assim a necessária unidade de comando;
- O JHQ LISBON deverá ser capaz de gerar um QG de aproximadamente 90 elementos DJTF, com base no pessoal que faz parte do PE proposto;
- Será essencial que haja uma efectiva ligação entre o JHQ LISBON e o comando da plataforma marítima, actualmente o *USS Mount Whitney*. Este desiderato será conseguido com um Elemento de Estado Maior Facilitador Avançado (FFSE) embarcado na plataforma. Numa fase inicial terá cerca de 35 elementos, mas entende-se que no futuro a quantidade de 25 elementos seja mais apropriado;
- Será necessário estabelecer um *Memorandum of Understanding* (MOU) entre o SHAPE e a Marinha dos Estados Unidos da América no sentido de ser possível usar esta capacidade de comando CJTF da própria plataforma;
- O JHQ LISBON só será capaz de assumir as suas responsabilidades com a NRF, se as nações contribuintes atribuírem todo o pessoal necessário, em tempo para poderem receber o treino apropriado;
- Quando o QG CJTF *sea-based* for empregue, o comando de Lisboa desenvolverá apenas as actividades obrigatórias;

⁷⁰ Agência OTAN que tem a responsabilidade de operar e controlar, em proveito de todos os seus utilizadores, os Sistemas CIS e instalações designadas NC3B. – É formada por um QG em Mons (Bélgica), uma Escola de Formação em Latina (Itália), 2 Batalhões de Transmissões (Norte e Sul) e 10 Centros Regionais (um dos quais no JHQ LISBON)



- O JHQ LISBON será capaz de assumir a sua responsabilidade de NRF na IOC (30 de Junho de 2005), mas apenas se as nações providenciarem o pessoal necessário, com a antecedência suficiente para que recebam o treino apropriado;
- Durante o período de transição as Contribuições Nacionais Voluntárias (VNC) serão requeridas sempre que o pessoal que faz parte do PE do RHQ SOUTHLANT não seja suficiente para, temporariamente ocupar cargos chave no JHQ LISBON;
- Sempre que o *sea-based* CJTF HQ for empenhado, as actividades do JHQ LISBON limitar-se-ão às estritamente essenciais;
- O JHQ LISBON não possuirá a capacidade de Sistema de Informações e Comunicações (CIS) para utilizar em operações terrestres. Sempre que necessário ser-lhe-á atribuído um Modulo de Comunicações Projectável;
- O JHQ LISBON será o OCE Coordenador, ou o OCE base do Exercício *Allied Action 05* após a sua Conferencia Final de Planeamento (FPC) em Janeiro de 2005.

Após este processo, o Comando irá assumir a NRF 5, pronta para actuar a partir de Julho de 2005, tendo que estar preparado para, em Junho de 2005, participar no Exercício *Allied Action 05*, em que todo o QG será embarcado na plataforma marítima. Este exercício terá como objectivo efectuar a Certificação deste Comando e dos Comandos de Componentes que farão parte da NRF 5. O mesmo deverá suceder em Novembro de 2005, referente à NRF 6.

Devemos recordar que o estado português em geral e o exército em particular estão empenhados na participação nestas duas NRF.

4.3. Operacionalização

Qualquer transformação, origina cortes com a anterior realidade. Estas diferenças são maiores nuns casos do que noutros. Verificaremos que na presente situação as alterações são pequenas.

De qualquer forma, é possível verificar que este Comando mantém a estrutura do anterior e que as pequenas diferenças que podemos encontrar são:

- Enquanto uma das responsabilidades do anterior era a defesa do território nacional, este Comando deixou de ter responsabilidades territoriais.
- Este passou a ser Conjunto e Combinado.



- Onde se verifica que passou a ser efectivamente conjunto é no que diz respeito aos *Flagg Officers* que anteriormente eram todos da Marinha e que agora são dos diversos ramos.
- O Comandante do JHQ LISBON acumula com o Comando da 6ª Esquadra Americana e a *NATO Strike Fleet* (NSF), localizada no Mediterrâneo.

4.3.1. Formação do Pessoal

Como poderemos verificar nos *NATO Job Description* de funções desempenhadas do JHQ LISBON (apresentados como exemplo)⁷¹, para além de algumas funções que exigem conhecimentos específicos de determinada área (Ex: Médico), para desempenhar qualquer função neste comando não é necessário tirar qualquer formação especial.

Mas, de qualquer forma é indispensável que, quem vier a trabalhar em Oeiras, conheça profundamente a doutrina vigente da OTAN e que tenha conhecimento sobre o planeamento de exercícios e ciclos de instrução, uma vez que são fundamentais para que se execute o planeamento de forças e também porque na OTAN esta área se trabalha de uma forma muito diferente, quando comparado com o que se faz actualmente em Portugal⁷². Segundo a opinião de oficiais portugueses colocados em Oeiras, assim como de outros que já desempenharam funções em diversos órgãos da OTAN, estes conhecimentos são normalmente obtidos no Curso de Estado-Maior (CEM) e nos cursos específicos para a função que são leccionados na escola OTAN em Oberammergau na Alemanha.

Tão importante como o que foi referido, se não mesmo mais, é possuir um bom nível inglês, uma vez que é a língua utilizada na Aliança. Um militar que vá desempenhar um cargo em qualquer órgão OTAN (Ex: JHQ LISBON), pode conhecer tudo o que foi referido no parágrafo anterior, mas se tem dificuldade em Inglês, terá muitos problemas no desempenho da sua actividade (muitas vezes difíceis de ultrapassar)⁷³. É por isto que consideramos desejável que, se deva dar um maior relevo ao ensino do inglês durante o CEM.

⁷¹ Cf Anexo 5 (Exemplos de “NATO Job Description”)

⁷² Neste momento na OTAN, já se encontra em discussão o planeamento para o período de 2005 – 2010.

⁷³ Até aqui, elaborado com base em entrevista ao TCor Clero / JHQ LISBON.



4.3.2. Reequipamento das Forças Militares

A vinda do JHQ LISBON para Portugal, não obriga o Estado Português a reequipar as suas Forças Militares. Deve no entanto, ser considerado como uma maior responsabilidade e um verdadeiro incentivo, em particular no reequipamento das forças que serão atribuídas às NRF 5 e 6 que ficarão sob o comando directo deste Comando OTAN.

No entanto, se quisermos acautelar que, mais uma vez, venha a ser posta em causa a existência de um QG OTAN, em território Nacional, há uma situação de reequipamento que se encontra directamente ligada ao JHQ LISBON: a transformação do Navio Polivalente Logístico numa plataforma naval com capacidade C2⁷⁴.

Portugal deverá pois garantir umas melhores e melhor equipadas Forças Armadas, para contribuir condignamente para a estrutura militar da OTAN, de uma forma permanente ou sempre que lhe seja solicitado, sem no entanto deixar de ter presente a verdadeira dimensão do País. Uma vez que, a OTAN pretende manter as capacidades militares necessárias para executar toda a gama de missões⁷⁵, mantendo-se os princípios da solidariedade aliada e da unidade estratégica.

4.3.3. Infra-estruturas⁷⁶

O JHQ LISBON tem um PE com um número superior de pessoal quando comparado com o RHQ SOUTHLANT, isto teve como consequência a necessidade de se executar a reformulação de grande parte dos edifícios já

⁷⁴ Como referido no sub-capítulo 4.1.1 Capacidade C2 um Desafio para Portugal, pg 28

⁷⁵ No que diz respeito à defesa colectiva, nos termos do Artigo 5º do Tratado de Washington, as forças militares combinadas da Aliança devem ser capazes de dissuadir qualquer agressão potencial contra ela, de deter o avanço do agressor e de garantir a independência política e a integridade territorial dos Estados membros.

Também devem estar preparadas para contribuir para a prevenção de conflitos, para conduzir operações de reacção a crises não do Artigo 5º e para a preservação da paz e da segurança internacionais, conduzindo operações em apoio de outras organizações internacionais.

As forças da Aliança têm ainda um papel importante a desempenhar na continuação da promoção da cooperação com os Parceiros da OTAN e outros Estados, particularmente na preparação para uma eventual participação destes em futuras operações conduzidas pela organização no âmbito da Parceria para a Paz.

Assim, em termos de características das suas forças, o “Conceito Estratégico” prevê que as forças convencionais da OTAN tenham uma capacidade credível para executar toda esta gama de missões e que sejam estruturadas de forma a reflectir a natureza multinacional e inter-armas da Aliança.

⁷⁶ Elaborado com base em entrevista com o Maj Silva /JHQ LISBON



existentes. Esta adaptação está a ser executada à medida que vão chegando novos elementos para trabalhar no Comando.

Como o PE ainda não está aprovado (a sua aprovação está prevista para Outubro de 2004) e uma vez que os países só nomeiam o seu pessoal para os cargos após a aprovação do PE, neste momento o JHQ LISBON está a 50% em pessoal, esta situação tem facilitado o inerente trabalho de adaptação dos edifícios. No momento em que os países começarem a nomear o seu pessoal, com a sua chegada a Portugal, os edifícios existentes (mesmo com todas as reformulações feitas) não são suficientes. Por isso está previsto instalar junto ao *Bunker*, uma série de contentores para gabinetes de trabalho.

A situação não irá, no entanto, ficar provisória indefinidamente, uma vez que existe um projecto em fase de aprovação no SHAPE e no *Infrastructure Committee* / OTAN que irá transformar na sua totalidade o QG de Oeiras. Este projecto existe há cerca de 4 anos tendo sido elaborado para o RHQ SOUTHLANT. O início das obras está previsto para o princípio do próximo ano. Estas serão financiadas na sua quase totalidade pela OTAN, uma vez que está previsto um único edifício (para praças) que será na sua totalidade pago pelo MDN.

4.3.4. Capacidade Financeira⁷⁷

A grande alteração no que diz respeito à mudança deste comando, decorre da dependência hierárquica, que anteriormente era do ACLANT e que agora é do ACO⁷⁸, uma vez que gerou algumas modificações no que diz respeito a procedimentos. O ACLANT, que era um comando situado nos EUA e por conseguinte longe da restante estrutura de comando, optava por descentralizar algumas actividades. Assim acontecia com o financiamento dos comandos a si subordinados, estes solicitavam directamente às nações a sua contribuição e estas pagavam-na em 3 tranches por ano. Por outro lado o ACO criou uma estrutura centralizada e assim ficando com uma espécie de Tesouraria Central, a qual recebe a contribuição das nações e depois as atribui aos comandos conforme o valor total estipulado superiormente e conforme as solicitações dos seus QG que fazem pedidos mensais.

⁷⁷ Elaborado com base em entrevista com o Sr Paulo Coelho /JHQ LISBON

⁷⁸ Como referido no sub-capítulo 2.4. Evolução relativamente à antiga Estrutura, pg 12.



Quanto ao financiamento deste QG (assim como a restante NCS), podemos verificar a existência de uma única alteração, que no entanto nada tem a ver com as mudanças verificadas na NCS, mas sim com o alargamento da OTAN que recentemente aconteceu. Assim, enquanto que no antecedente o financiamento era efectuado por todas as nações presentes na OTAN, com excepção da França, ou seja por 18 países, neste momento é financiada por 25 países. Como a França tem demonstrado um elevado interesse em financiar algumas das actividades da OTAN, entre elas alguns dos QG entre os quais se encontra o JHQ LISBON, será de prever que num futuro próximo este passe a receber através do ACO, o financiamento de todos os 26 países aliados.

Actualmente o QG de Oeiras tem um orçamento anual de cerca de 5 milhões e 100 mil euros, estando incluído neste a renda mensal de 600 mil euros, que o estado português paga à OTAN, para manter Comando Naval do Continente no interior das suas instalações. Como continua a existir a intenção de num futuro próximo, transferir o Comando Naval para outro local, somos da opinião que, quando isso acontecer e uma vez que algumas das despesas pagas com o dinheiro proveniente dessa renda continuarão a existir, a OTAN terá que reformular o orçamento do JHQ LISBON, ou seja, terá que haver um pequeno incremento no valor das contribuições (passa dos actuais 4,5 milhões de euros para a totalidade dos 5 milhões e 100 mil euros).

4.4. Áreas em que a contribuição Portuguesa pode ser potenciada

“A inteligência de actuação tem sido, e deve continuar a ser um dos principais, se não o principal factor intangível do potencial estratégico nacional. Aliás, só uma especial ciência-arte para gerar força a partir da fraqueza, seria capaz de fazer com que um país de reduzida dimensão, com uma população pouco numerosa e com recursos naturais escassos, tivesse criado o império que criou, o tivesse conseguido manter durante tanto tempo, gerando uma mais valia de valores, procedimentos e interesses comuns, que hoje constituem um dos mais importantes elementos da nossa capacidade de influência internacional”⁷⁹. Esta é uma forma de poder com significado expressivo que Portugal deverá continuar a utilizar, nomeadamente através do seu uso, em favor da OTAN.

⁷⁹ SANTOS, General Loureiro dos – **Convulsões – Ano III da «Guerra ao Terrorismo»**. Mem Martins: Europa América, Lda., 2004. pg 141



Deve também fazer ver à OTAN que a sua posição geográfica deverá continuar a ser potenciada. O chamado “triângulo estratégico português”, que constitui a parte mais ocidental da Europa, tornando Portugal num país de fronteira e de articulação, sendo assim o ponto central entre os EUA e a Europa, e a “mão europeia” em direcção à África Ocidental e à América Central e do Sul, continua a conferir-nos relevância estratégica no seio da Aliança, sendo pois de contar com o nosso território como possível plataforma de projecção de forças.

O “Atlântico Sul é, em grande parte, um lago lusófono. Países da CPLP ocupam posições chave à sua volta. Guiné-Bissau, no bojo⁸⁰ africano ocidental; S. Tomé e Príncipe no golfo da Guiné Ocidental, estrategicamente bem colocado em relação à costa do continente, suficientemente perto para, a partir dele, actuar sobre a costa ocidental de África no seu bojo ocidental (região petrolífera e de forte presença islâmica, e onde podem proliferar estados falhados), e suficientemente longe para garantir a sua segurança relativamente a ameaças provenientes do continente⁸¹; Angola⁸², na África Austral; Brasil⁸³ controlando a costa sul-americana; Cabo Verde corresponde, no Sul, aos Açores, no Norte – a meio do canal ou estreito do Atlântico, entre o bojo ocidental africano e o bojo oriental brasileiro”⁸⁴. Uma vez que uma das áreas privilegiadas de actuação do JHQ LISBON será exactamente o Atlântico Sul, este facto poderá ser potenciado.

Para além desta relação privilegiada com a diáspora Portuguesa, Portugal mantém relações de elevada cordialidade e de cooperação com a região do Magreb, em particular com Marrocos. Uma vez que a ameaça a que a Europa terá que fazer face no futuro provirá essencialmente do sul, a OTAN passou a dar elevada importância aos possíveis acordos de relacionamento que possam vir a desenvolver com países do Norte de África. Assim, Portugal deverá fazer ver à Aliança Atlântica que no seu tabuleiro de xadrez, é a pedra ideal para potenciar as relações com os países existentes nesse espaço geográfico.

O potencial humano, que desde sempre mostrou ser capaz de cumprir todas as missões em que foi empenhado com elevado profissionalismo e competência, deve

⁸⁰ A convexidade e proeminência ou barriga que têm especialmente os vasos || Interior oco de uma saliência.

⁸¹ Por isso os EUA chegaram a acordo com S. Tomé, para aí construírem um porto de águas profundas, melhorarem as instalações aeroportuárias, além de lhes prestarem assistência na reorganização das forças armadas.

⁸² Tem condições para se transformar numa das potências da África Austral.

⁸³ Vem conseguindo afirmar-se como líder dos países emergentes a nível global, e tenta ser o país decisivo no conjunto da América do Sul/América Latina, face aos EUA; desenvolve uma parceria estratégica com a China, susceptível de provocar fortes investimentos deste país em infra-estruturas produtivas, o que significa um impulso no seu desenvolvimento, além de lhe permitir uma diminuição da dependência dos EUA; pretende, obter um lugar cativo no Conselho de Segurança.

⁸⁴ SANTOS, General Loureiro dos – **Convulsões – Ano III da «Guerra ao Terrorismo»**. Mem Martins: Europa América, Lda., 2004. pg 142



também ser potenciado. Tendo como base esta verdade, Portugal tem-se empenhado de forma decisiva por forma a conseguir ocupar neste comando o maior número de cargos possível e sendo possível conciliar que alguns destes sejam de destacada importância. No presente momento podemos afirmar que, Portugal está com a possibilidade de, no conjunto dos 8 países que contribuíram com pessoal para este comando de contribuir com cerca de 18 % do pessoal para a estrutura principal do Comando, com cerca de 65 % do pessoal do Grupo de Apoio e com cerca de 44% do pessoal da NACOSA, ou seja contribuirá na sua totalidade com aproximadamente 42% do pessoal.

Para além disto, Portugal deve empenhar-se no oferecimento de determinados órgãos/unidades que neste momento não existem no Comando e que são de primordial importância: “Uma *National Intelligence Cell* (NIC)⁸⁵, que pode ser feita a pedido da OTAN ou por iniciativa da *Host Nation*, e que servirá para Portugal dar e receber informações estratégicas de interesse⁸⁶; por último deverá esforçar-se por contribuir com um *Support HQ*, que não é mais que, uma unidade de apoio à projecção para terra do DJTF (quando a situação o exigir). Esta unidade existe nos outros dois JFC e embora ainda não exista no JHQ, pensamos que Portugal terá capacidade para a levantar, uma vez que será uma unidade com a dimensão reduzida de uma Companhia de Comando e Serviços/Quartel General (CCS/QG). Deverá ser feito o esforço pois será uma forma de credibilizar grandemente o JHQ LISBON”⁸⁷.

⁸⁵ Já existente nos outros dois JFC (NORTH e SOUTH), e foram montadas por iniciativa dos países onde se encontram.

⁸⁶ Em especial da zonas do mundo que mais nos interessam, como seja a África.

⁸⁷ Opinião expressa em entrevista pelo TCor Alpedrinha Pires / JHQ LISBON



5. Manutenção do JHQ LISBON em Portugal

A manutenção deste comando em Portugal, deverá ser algo que o poder político português terá que considerar, como prioritário e que engrandece a posição do país no panorama internacional, particularmente no seio da OTAN, assim como demonstra e reconhecimento do interesse estratégico dos aliados pelo nosso território.

Como foi possível verificar no capítulo anterior (Sub-capítulo 4.1), o governo português através da utilização de uma estratégia negocial de antecipação, conseguiu de uma forma hábil demonstrar aos seus pares da Aliança Atlântica que seria de primordial importância manter-se um comando em território nacional.

Quando a OTAN decidiu atribuir este Comando a Lisboa, deu um sinal da inequívoca importância que continua a dar a Portugal, reconhecendo as suas potencialidades e acreditando que tem capacidade para as desenvolver e também que conta com a nossa continuada participação nas missões que venha a ter que desenvolver no futuro. A resposta que o nosso país deve dar será transformar as Forças Armadas, levando-as no sentido da desejada modernização, com equipamentos efectivamente capazes para responder às diversas solicitações, sem no entanto se perder de vista a verdadeira dimensão do pequeno estado que é.

A sua manutenção no nosso território, após todo o trabalho desenvolvido para que fosse atribuído a Portugal é pois algo de elevadíssimo valor, já que o seu fim significaria que Portugal deixara de ter argumentos para continuar a convencer os seus Aliados da sua importância no seio da Aliança e para além disso que a OTAN deixava de acreditar nas capacidades do país para responder às futuras solicitações.

Enquanto Portugal conseguir manter o JHQ LISBON, continua a garantir a permanência em Lisboa, por longos períodos de tempo, de largas dezenas de militares e civis, obrigando a um continuado investimento no nosso país, tanto por parte da OTAN como pelos países de onde são originários. Significa igualmente que, a Aliança continua a acreditar nas excelentes características do binómio costa-mar, mesmo no que diz respeito às infra-estruturas portuárias e aeroportuárias (militares e civis) existentes nas proximidades de Oeiras, assim como mantêm a confiança nas infra-estruturas de apoio existentes no território nacional.

No entanto e uma vez que o JHQ LISBON é um pequeno mas robusto comando, com uma ligação operacional muito importante à plataforma marítima *USS Mount*



Whitney, o que lhe dá uma componente de flexibilidade e de comando e controlo extremamente importante. E dado que nos próximos 2 anos, esta plataforma marítima irá ser retirada de serviço, e como nalguns dos nossos aliados existe a ideia de que, a única razão de existência deste comando é o facto de ser *sea-based*, sendo de primordial importância que Portugal invista verdadeiramente na consecução de uma solução real para fazer frente a este problema; através de uma solução exclusivamente nacional, ou através de uma solução conseguida em cooperação com os nossos aliados europeus.

Por outro lado, este que é um comando conjunto e combinado, tem a sua existência assegurada nos próximos dois anos, uma vez que irá ter a responsabilidade de comandar as NRF 5 e 6. O mesmo não sucederá após este período, uma vez que será com alguma dificuldade que se conseguirá justificar a existência de um comando sem forças atribuídas. Logo, Portugal terá que se empenhar, desde já⁸⁸, em negociações que entre outras soluções, poderão estabelecer o JHQ LISBON como fórum por excelência para se continuar a desenvolver o MD da OTAN. Aproveitando, mais uma vez as boas relações que o nosso país tem mantido com a região do Magreb.

Outra solução considerada, viável é a de o transformar no Comando permanente de toda a NRF, algo que tem sido visto com bons olhos, principalmente por parte dos dois comandos JFC (NORTH e SOUTH), uma vez que este tem as suas forças atribuídas assim como missões em permanência, de tal forma que a NRF passou a ser uma sobrecarga para o seu dia-a-dia já muito preenchido. Mas para que esta última hipótese se possa apresentar como viável será imprescindível que Portugal se predisponha, desde já, a instalar um NIC em Oeiras e a contribuir com uma unidade de contribuir com um *Support HQ*⁸⁹.

Caso esta última hipótese se venha a verificar então é provável que o JHQ LISBON passe a ter como missão prioritária, o comando da NRF. Deixará assim de ser obrigatório manter a ligação com a plataforma marítima C2 e será normal que o seu Comandante passa-se a ser um Oficial-General Marine dos EUA.

Para além disto, a Centro Regional da NACOSA garante que os nossos militares mantenham o contacto com a mais alta tecnologia na área CIS.

5.1. Qual o Impacto no Exército

As FA em geral e o Exército em particular só têm a ganhar com a manutenção deste comando em Portugal. Este ganho acontece principalmente na área das

⁸⁸ Para dar vida, mais uma vez, a uma estratégia de antecipação

⁸⁹ Conforme apresentado no sub-capítulo 4.4. Áreas em que a contribuição Portuguesa pode ser potenciada, pg 35.



competências que um maior número de militares nacionais pode vir e adquirir ou a reforçar, uma vez que, existe a possibilidade de se colocar um maior número destes em contacto com a realidade que é a OTAN, forma de trabalhar ao nível conjunto e combinado e execução do planeamento ao mais alto nível, tudo isto com baixos custos adicionais. Uma coisa é certa, se não for assim, muito poucos terão contacto com estas realidades, uma vez que não existe nenhuma instância no país onde se trabalhe desta forma, para além de que, fica mais caro enviar militares portugueses para outros comandos OTAN. Foi por isto que o Exército se empenhou no sentido de o maior número de cargos possível (preferencialmente, com relevância) na estrutura de comando do QG.

A partir do momento em que o PE estiver aprovado, pensamos que o Exército se deverá manter atento para, caso alguma nação ou mesmo algum dos outros dois ramos das nossas FA, não ocupem algum(s) cargo(s) que lhes esteja destinado, avance com a proposta de o(s) ocupar. Dando assim, nem que seja momentaneamente, a possibilidade a mais militares do Exército de trabalharem num QG da OTAN.

Adicionalmente, terá a possibilidade de treinar um maior número dos seus militares no planeamento de operações Conjuntas e Combinadas assim como a de participar com unidades constituídas em exercícios Conjuntos e Combinados de larga escala, que por existir este Comando em Lisboa, possam decorrer na proximidade do nosso território. Ao contrário de que acontecia até agora, em que (normalmente por questões financeiras) participavam poucos militares do Exército nos exercícios OTAN (raramente com unidades constituídas) e com maior frequência em exercícios do tipo CPX. A participação nestes exercícios e consequentemente nos seus planeamentos irá garantir uma maior qualificação dos militares, ao nível de treino operacional e da guerra.

Uma vez que não é requerida nenhuma formação especial para que os militares assumam cargos nos Comandos OTAN, uma forma de garantir que os nossos militares nomeados para os cargos fora de Portugal os assumam sem grande dificuldade, será possibilitar que estes passem uns tempos no JHQ LISBON, onde estarão em contacto com a função para que foram nomeados. O que poderá ser denominado de: “Estágio antes de assumir a função”.



Conclusão

Durante os seus 55 anos de vida a Aliança Atlântica tem proporcionado segurança e estabilidade que têm sido os pilares da paz e da prosperidade de que os países membros usufruem actualmente. O Conceito Estratégico de 1991 iniciou uma transformação da Aliança e das suas FA, que foi tendo os seus desenvolvimentos e que culminou com a actual NCS aprovada na Cimeira de Praga em Novembro de 2002. Esta transformação é um processo sem fim à vista demonstrando ser um enorme desafio, pois tem envolvido uma complexa distribuição de recursos e um esforço considerável para a implementação das novas estruturas organizacionais.

Portugal, plenamente integrado na OTAN desde a sua formação, assume que esta é o principal elemento estruturante da sua política de segurança e de defesa nacional, acompanhando assim os esforços de mudança da OTAN, tendo mesmo reforçado o seu papel, contribuindo para a segurança do continente através da participação em diversas missões da Aliança. Pode-se dizer que, dentro das suas modestas capacidades, Portugal tem assumido naquela que (apesar de tudo) é até à data a única organização verdadeiramente capaz de assegurar a segurança e defesa na Europa, uma posição cada vez mais de produtor de segurança internacional do que de simples consumidor, e tem sabido capitalizar os lucros dessa mesma postura nas várias instâncias internacionais onde tem assento.

A transformação da OTAN, que no presente culminou com a actual NCS, exigiu esforços adicionais às nações, para que através de negociações se conseguisse ir de encontro aos interesses de cada uma.

Portugal, como aliado que já tinha no seu território um comando regional do ACLANT, o RHQ SOUTHLANT, considerava que se a OTAN decidisse acabar com este Comando sem que o substituísse por outro, seria como que o confirmar por parte da Aliança Atlântica de que o nosso território deixava de ter uma reconhecida importância estratégica e que não depositava confiança nas nossas potencialidades. Assim desde cedo o governo assumiu como objectivo estratégico manter um QG da OTAN, do nível operacional (2º nível), em território nacional. Após a consulta de toda a documentação a que as negociações deram origem, podemos concluir que o governo português, através dos seus representantes nas diversas instâncias, desenvolveu, de forma permanente, uma estratégia de antecipação, mantendo no entanto, sempre uma posição única e coerente, de firmeza estratégica mas também de grande flexibilidade táctica, permitindo a Portugal



alcançar um resultado em que poucos acreditavam. Logrou responder atempadamente a todas as evoluções da situação, jogando nos vários grupos e centros de decisão, conseguindo sempre recuperar, e mesmo até avançar, depois de desaires sofridos ao longo do percurso. Alcançou o objectivo estratégico estabelecido, com a concordância de todos os países Aliados, mesmo dos que quase até ao final do processo eram de opinião contrária. Manteve-se assim um QG OTAN em Portugal, o JHQ LISBON, que está no mesmo nível dos 2 JFC (NORTH e SOUTH) e sob o comando directo do ACO. Esta constatação responde à nossa primeira questão derivada **“Qual a nova Estrutura da OTAN e onde se situa o JHQ LISBON?”**

No futuro, sabendo-se que o JHQ LISBON é um comando cuja especificidade é gerar a DJTF *sea-based*, cuja plataforma é o *USS Mount Whitney* e que se prevê a sua retirada do serviço dentro de 2 anos, Portugal tem pela frente o desafio de solucionar antecipadamente este problema, para o qual se iniciaram já, os estudos e negociações consideradas necessárias. O que responde à nossa segunda questão derivada **“Qual a contribuição do JHQ LISBON para esta nova Estrutura?”**

Na implementação e operacionalização do JHQ LISBON, Portugal, as suas FA e o seu Exército em particular têm-se empenhado afincadamente nos sentido de criar todas as condições para que tudo decorra sem sobressaltos e para fazer ver aos seus aliados que foi acertada, a decisão de manter um comando OTAN no nosso território. Neste sentido tem existido total empenho em garantir o maior número de cargos, se possível em funções de elevada responsabilidade. Salienta-se que só é exigida formação específica para determinados cargos, como médicos, etc.... Deve-se no entanto realçar, que a todos os militares é exigido um bom nível de Inglês. Para além disto, sublinha-se neste trabalho que, a estrutura deste comando é basicamente igual à do RHQ SOUTHLANT, havendo no entanto um incremento em pessoal, para o qual as actuais instalações não são suficientes, estando estas a ser adaptadas à medida que vai chegando mais pessoal. Actualmente existe um projecto de construção de novas instalações em fase de aprovação, que será na sua quase totalidade financiado pela OTAN e cuja edificação se iniciará, previsivelmente, no início do próximo ano. A capacidade financeira vai manter-se inalterada, sofrendo apenas algumas modificações estruturais. Finalmente a presença do JHQ LISBON em Portugal, não obriga o Estado Português a reequipar as suas Forças Militares, devendo no entanto, ser considerado como uma maior responsabilidade e um verdadeiro incentivo, em particular no reequipamento das forças que serão atribuídas às NRF 5 e 6 que ficarão sob o comando directo deste Comando OTAN. O que responde à nossa terceira questão derivada



“Quais as contribuições de Portugal para a implementação operacionalização do JHQ LISBON e quais os requisitos exigidos aos militares Portugueses para que possam trabalhar neste Comando?”

Antes de falar no futuro e de apresentarmos as razões pelas quais consideramos importante a manutenção do QG em Oeiras, apresentamos as áreas em que consideramos que a contribuição Portuguesa no JHQ LISBON pode vir ser potenciada. Salientamos que:

- a inteligência de actuação tem sido, e deve continuara a ser um dos principais, se não o principal factor intangível do potencial estratégico nacional;
- se deve continuar a fazer ver à OTAN que a posição geográfica de Portugal com os seus Arquipélagos deve continuar a ser potenciada;
- uma vez que uma das áreas privilegiadas de actuação do JHQ LISBON é o Atlântico Sul, o facto de termos relações especiais com os países da CPLP, quer no seu seio quer em termos bilaterais, poderá vir a ser potenciado em favor da Aliança e especificamente em favor do JHQ;
- Portugal, deverá fazer ver à Aliança Atlântica que no seu tabuleiro de xadrez, é a pedra ideal de que dispõe para potenciar as relações com os países do Magreb e também que para se desenvolver este trabalho temos no nosso território a base ideal, o JHQ LISBON; o potencia humano existente no país, continua, como no passado recente, a ser capaz de cumprir com elevado profissionalismo e competência todas as missões para que é nomeado;
- Portugal se deve empenhar em oferecer à OTAN a resolução de alguns questões ainda existentes e para as quais consideramos ter capacidade para dar as necessárias respostas, ou seja, uma NIC e um *Support HQ*.

Respondendo assim à nossa quarta questão derivada, **“Quais as áreas em a participação Portuguesa no JHQ LISBON pode ser potenciada?”**

A conjugação de todas estas ideias permite-nos responder à nossa questão central **“Importância para Portugal da manutenção do JHQ LISBON. Quais os desafios a ultrapassar”**. Consideramos pois, que Portugal deverá fazer tudo por manter um comando OTAN em território nacional. A consecução deste objectivo significará a confirmação de que a Aliança continua a contar com este seu aliado ao mais alto nível, mas também que o nosso país conseguiu dar os passos certos no sentido da transformação das FA, levando-as no sentido da desejada modernização, com equipamentos efectivamente capazes de responder às diversas solicitações, sem no entanto se ter perdido de vista a verdadeira



dimensão do pequeno estado que é. Para além disto, a manutenção JHQ LISBON em Portugal poderá significar que:

- a permanência em Lisboa, por longos períodos de tempo, de largas dezenas de militares e civis que obrigam a haver um continuado investimento no nosso país, tanto por parte da OTAN como pelos países de onde são originários;
- a Aliança continua a acreditar nas excelentes características do binómio costa-mar, mantendo a confiança nas infra-estruturas de apoio existentes no território nacional;
- garantiu a solução para a necessária plataforma marítima C2;
- caso o ponto anterior não se verifique, se tornou efectiva outra solução que venha justificar a sua existência, ou seja, a de o transformar no Comando permanente de toda a NRF;
- este comando está efectivamente a ser utilizado como o fórum privilegiado para se continuar a desenvolver o MD da OTAN; aproveitando, mais uma vez as boas relações que o nosso país tem mantido com a região do Magreb;
- através do Centro Regional da NACOSA, os nossos militares continuam a manter contacto com a mais alta tecnologia na área CIS;
- com reduzidos gastos financeiros, um maior número de militares nacionais tem a possibilidade de contactar directamente com a realidade que é a OTAN;
- existe a possibilidade impar, de um maior número de exercícios OTAN (de elevada dimensão) virem a decorrer próximo do nosso território, sendo assim possível que, as nossas FA e Exército em particular, participem em exercícios “Conjuntos e Combinados”(desde o seu planeamento até ao exercício de campo final);
- se poderia pôr a hipótese de utilizar este QG, para que os militares portugueses nomeados para qualquer cargo na estrutura da OTAN, pudessem fazer aquilo a que chamamos “Estágio antes de assumir a função”.



Bibliografia

Livros/Revistas/Artigos

NATO – **Manual OTAN**. Bruxelas: Office of Information and Press, 2001. ISBN 92-845-0177-6.

MDN – **Livro Branco da Defesa Nacional**, Lisboa: MDN, 2001.

VÁRIOS AUTORES – **Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica / 1949 – 1999**. Lisboa: MDN, 1999. ISBN 972-95256-1-7.

SANTOS, General Loureiro dos – **A Idade Imperial – A nova Era**. Mem Martins: Europa América, Lda., 2003.

SANTOS, General Loureiro dos – **Convulsões – Ano III da «Guerra ao Terrorismo»**. Mem Martins: Europa América, Lda., 2004.

CARVALHO, Virgílio de – **O Mundo a Caminho de uma Ordem Multipolar Democrática**. Loulé: Instituto Universitário Dom Afonso III, 2003. ISBN 972-99082-0-6.

BARROSO, José Manuel Durão; **A Identidade Europeia de Segurança e Defesa**. in Nação e Defesa; nº 84. Lisboa: IDN, 1998.

Nação e Defesa – **Repensar a NATO**. Lisboa: IDN, 2002. ISSN 0870-757X.

SANTOS, Gen José Alberto Loureiro dos - **O Atlântico na Independência da Portugal**, in Revista Militar; Nº 2423. Lisboa: Revista Militar, 2003. ISSN 0873-7630.

MACHADO, José Pedro (Coordenação) – **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**, Lisboa, Amigos do Livro Editores, Lda, 1981.

RUHLE, Michel – **A OTAN Pós-Praga: Aprendendo as lições de 11 de Setembro de 2001**. Revista Parameters, 2003.



OTAN – **The Prague Summit and NATO’s Transformation**. Bruxelas: NATO Public Diplomacy Division, 2003.

OTAN – **Discursos do Secretário Geral da OTAN – Lord Robertson**. Bruxelas: NATO Public Diplomacy Division, 2003.

LEANDRO, Garcia (2004) – **OTAN – A Cimeira de Istambul**. Diário de Notícias (12 de Julho de 2004).

SANTOS, Miguel Castro – **A Segurança e a Defesa no Âmbito da UE**. Lisboa: 2000.

Valorização de Portugal na NATO obriga a investimento nas FA. Lisboa: O Independente, 14 de Junho de 2003.

Comando da NATO em Oeiras é “importante vitória diplomática”. Porto: O Comércio do Porto, 13 de Junho de 2003.

Presidente do Comité Militar visita Oeiras. Lisboa: Jornal de Notícias, 25 de Junho de 2003.

NATO prepara futuro comando em Portugal. Lisboa: Diário de Notícias, 25 de Junho de 2003.

FREIRE, Manuel Carlos – **Portugal com o dever de investir mais na Defesa**. Lisboa: Diário Económico, 16 de Junho de 2003.

SOUSA, Teresa – **Uma vitória diplomática para Portugal**. Lisboa: Público, 13 de Junho de 2003.

MADEIRA, Carlos Ferreira – **A nova era da NATO**. Lisboa: O Independente, 13 de Junho de 2003.



LOBÃO, Alexandra – **Comando de Oeiras foi “vitória diplomática”**. Lisboa: Jornal de Notícias, 13 de Junho de 2003.

NATO aprova profunda reforma da sua estrutura militar. Lisboa: Público, 13 de Junho de 2003.

SOUSA, Fernando de – **NATO confirma Oeiras como comando regional**. Lisboa: Diário de Notícias, 13 de Junho de 2003.

Redução drástica do número de quartéis-generais. Porto: O Comércio do Porto, 13 de Junho de 2003.

OTAN terá 333 pessoas em Lisboa. Lisboa: Jornal de Notícias, 15 de Julho de 2003.

Outros documentos

Programa do XV Governo Constitucional.

Programa do XVI Governo Constitucional.

Tratado do atlântico Norte. Washington D.C., 4 de Abril de 1949.

MC 324/1 (Final) – Final decision on MC 324/1 “THE NATO MILITARY COMMAND STRUTURE, 28 de Maio de 2004”.

Telegrama nº 1303 do PO PERMREP, 18 de Junho de 2003.

MCM-092-03 – NATO Military Command Structure – Implementation Directive, 23 de Abril de 2003.

CONVEÇÃO EUROPEIA – **Relatório final do Grupo de trabalho sobre a Defesa (Grupo VIII)**. Bruxelas: 2002.



OTAN – **Washington Summit Communiqué**. Bruxelas: NATO Press Release NAC-S (99) 64, 1999.

OTAN – **The Alliance's Strategic Concept**. Bruxelas: NATO Press Release NAC-S (99) 65, 1999.

Internet

ASMUS, Ronald D.; GRANT, Charles – Debate – **A OTAN pode permanecer uma aliança militar e política eficaz e continuar a alargar-se?** (Consult. em 16 de Maio de 2004, às 22H55).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/docu/review/2002/>>

SLOAN, Stanley R. – **A resposta à crise** (Consult. em 16 de Maio de 2004, às 22H55).

Disponível na WWW: <URL: <http://www.nato.int/docu/review/2002/>>

VALLANCE, Vice-Marechal do Ar Andrew – **Uma Estrutura de Comando radicalmente nova para a OTAN**. (Consult. em 5 de Abril de 2004, às 22H20).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/docu/review/2003/>>

JONES, Gen James – **A transformação das estruturas militares da OTAN** (Consult. em 11 de Maio de 2004, às 21H40).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/docu/review/2003/>>

JONES, General James L. (SACUER) – Entrevista (Consult. em 30 de Junho de 2004, às 23H57).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/docu/review/2003/>>

FORBES, Almirante (Último SACUER) – Entrevista (Consult. em 30 de Junho de 2004, às 23H57).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/docu/review/2003/>>

ROBERTSON, Lord – **Mudança na Continuidade**. Bruxelas: Noticias da OTAN, 2003 (Consult. em 18 de Maio de 2004, às 21H55).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/docu/review/2003/>>



ASMUSS, Ronald D. – **Grandes Esperanças**. Bruxelas: Noticias da OTAN, 2003
(Consult. em 18 de Maio de 2004, às 21H55).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/docu/review/2003/>>

BENNET, Christopher – **Criar Parceiros eficazes**. Bruxelas: Noticias da OTAN, 2003
(Consult. em 18 de Maio de 2004, às 22H15).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/docu/review/2003/>>

DONNELLY, Tom – **Repensar a OTAN**. Bruxelas: Noticias da OTAN, 2003 (Consult. em 18 de Maio de 2004, às 21H55).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/docu/review/2003/>>

SAID, Mohamed Kadry – **Avaliação do Diálogo do Mediterrâneo da OTAN** (Consult. em 20 de Setembro de 2004, às 11H35).

Disponível na WWW: <URL :<http://www.nato.int/docu/review/2004/>>

OTAN – **Noticias da OTAN**. Bruxelas: Peter Daniel, 1999. ISSN 0255-3818 (Consult. em 18 de Maio de 2004, às 21H55).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/docu/review/>>

NATO's Command Structure – The Old and the New (Consult. em 23 de Junho de 2004, às 17H05).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.nato.int/ims/docu/command-structure.htm>>

JFC BRUNSSUM Mission (Consult. em 7 de Junho de 2004, às 17H30).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.afnorth.nato.int/>>

BREZINSKI, Ian – **OTAN: Uma aliança em transformação** (Consult. em 1 de Setembro de 2004, às 18H20).

Disponível na WWW: <URL:<http://usinfo.state.gov/>>



JOULWAN, Goerge – Entrevista – **Trazendo novos recursos e mais vigor à Aliança da OTAN**. 1997. (Consult. em 20 de Julho de 2004, às 23H23).

Disponível na WWW: <URL:<http://usinfo.state.gov/journals/>>

NATO: Building New Capabilities for New Challenges (Consult. em 28 de Julho de 2004, às 20H40).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.state.gov/>>

Glossário (Consult. em 20 de Setembro, às 11H35).

Disponível na WWW: <URL:<http://europa.eu.int/>>

NAUMANN, Gen Klaus – **NATO's New Command Structure** (Consult. em 30 de Agosto de 2004, às 19H15).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.mfa.gov.tr/>>

ALMEIDA, Paulo Roberto de – **A OTAN e o fim da Guerra Fria**. São Paulo: Revista Espaço Académico, 2002 (Consult. em 27 de Abril de 2004, às 18H13).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.pralmeida.org/>>

KURZ, Robert – **A guerra dos dois mundos**. São Paulo: 2002 (Consult. em 01 de Junho de 2004, às 22H56).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.planeta.clix.pt/oseco/>>

Comando da NATO em Oeiras, terá responsabilidades sobre Mediterrâneo e África.

Portal dos Açores (Consult. em 20 de Maio de 2004, às 21H30).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.acores.sapo.pt/>>

COELHO, Nuno – **Relações entre Portugal e a ONU de 1955 aos nossos dias** (Consult. em 22 de Julho de 2004, às 19H15).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.ciari.org/index.htm/>>



MAGALHÃES, Sofia – **O Alargamento da NATO** (Consult. em 22 de Julho de 2004, às 19H15).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.ciari.org/index.htm/>>

O difícil começo da defesa Europeia (Consult. em 28 de Abril de 2004, às 00H20).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.dw.world.de/brazil/>>

AGUIRRES, Daniel – **O Império e o 11 de Setembro** (Consult. em 25 de Maio de 2004, às 18H35).

Disponível na WWW: <URL:<http://planeta.terra.com.br/>>

BARBOSA, Embaixador Rubens A. – **Os ataques do 11 de Setembro e as percepções dos EUA em relação à ordem mundial e a globalização**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2002. (Consult. em 20 de Maio de 2004, às 23H55).

Disponível na WWW: <URL:<http://forumnacional.org.br/>>

LETÍCIA, Fonseca – **OTAN: A reforma mais radical da sua história**. (Consult. em 04 de Agosto de 2004, às 15H05).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.rnw.nl/parceria/htm/>>

ROBERTSON, Lord – **Organização do Atlântico Norte**. (Consult. em 12 de Maio de 2004, às 21H55).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.usinadeltras.com.br/>>

PECEQUILO, Cristina Soreanu – **A OTAN do Século XXI: A cúpula de Praga** (Consult. em 03 de Junho de 2004, às 18H45).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.relnet.com.br>>

BERTONHA, João Fábio – **OTAN e União Europeia: Defuntos geopolíticos**. São Paulo: Revista Espaço Académico, 2003. ISSN 1519.6186 (Consult. em 29 de Abril de 2004, às 22H00).

Disponível na WWW: <URL:<http://www.espacoacademico.com.br/>>



<http://www.afsouth.nato.int> (Consultado em 7 de Junho de 2004, às 17H35)

<http://www.jc-lisb.nato.int> (Consultado em 7 de Junho de 2004, às 17H45)

http://www.nato.int/issues/military_structure/Command/index_e.htm (Consultado em 12 de Agosto de 2004, às 11H00)

<http://www.nato.int/ims/docu/act.pdf> (Consultado em 1 de Setembro de 2004, às 18H00)

<http://www.nato.int/ims/docu/aco.pdf> (Consultado em 1 de Setembro de 2004, às 18H10)

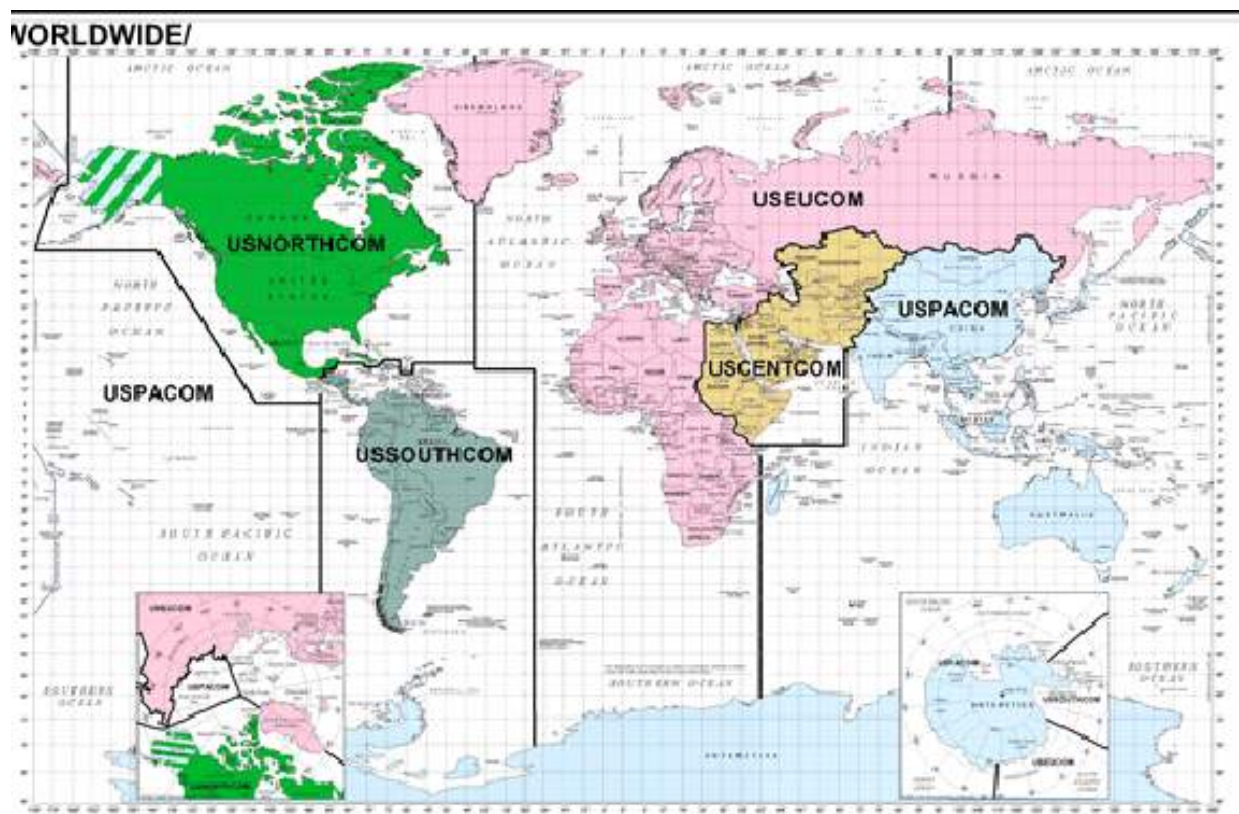
<http://www.rand.org/publications/randreview/issues/RRR97.europartner/nato.htm>
(Consultado em 1 de Setembro de 2004, às 18H10)



Anexos



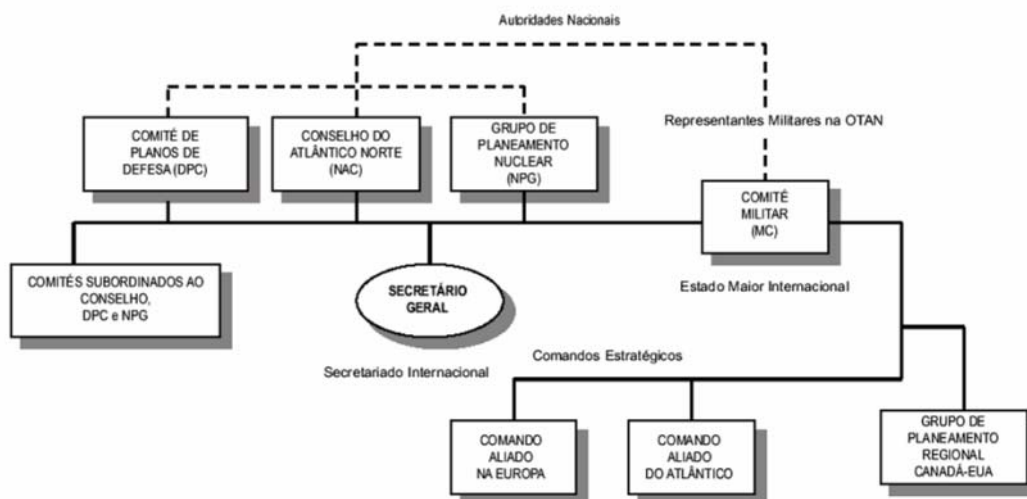
Anexo 1 – Mapa da Distribuição dos Comandos da Estrutura de Defesa dos EUA





Anexo 2 – Estrutura de Comando da OTAN (1999)

Estrutura Civil e Militar da OTAN



Estrutura Militar da OTAN





A Estrutura Militar

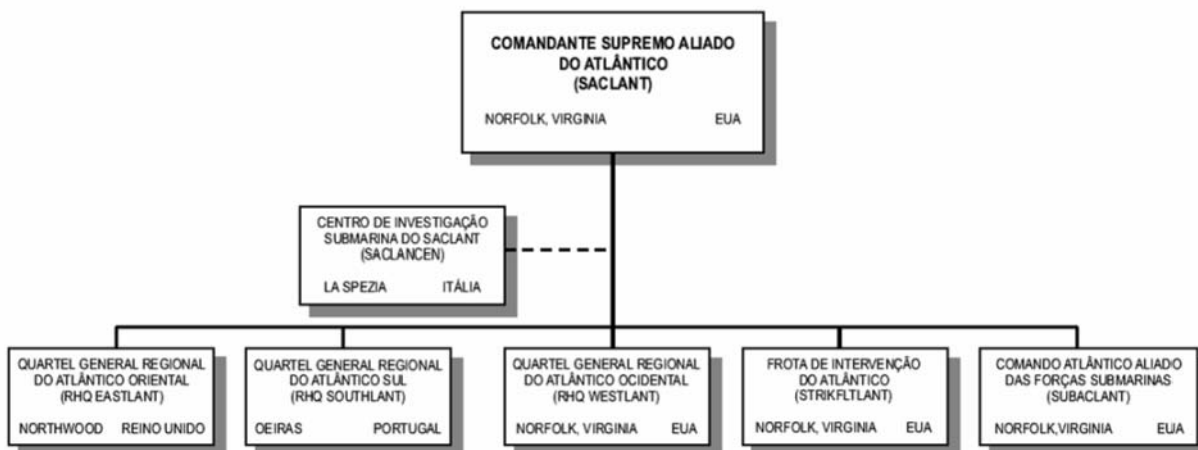
COMANDO ALIADO NA EUROPA



(1) Comandante Estratégico
(2) Comandante Regional

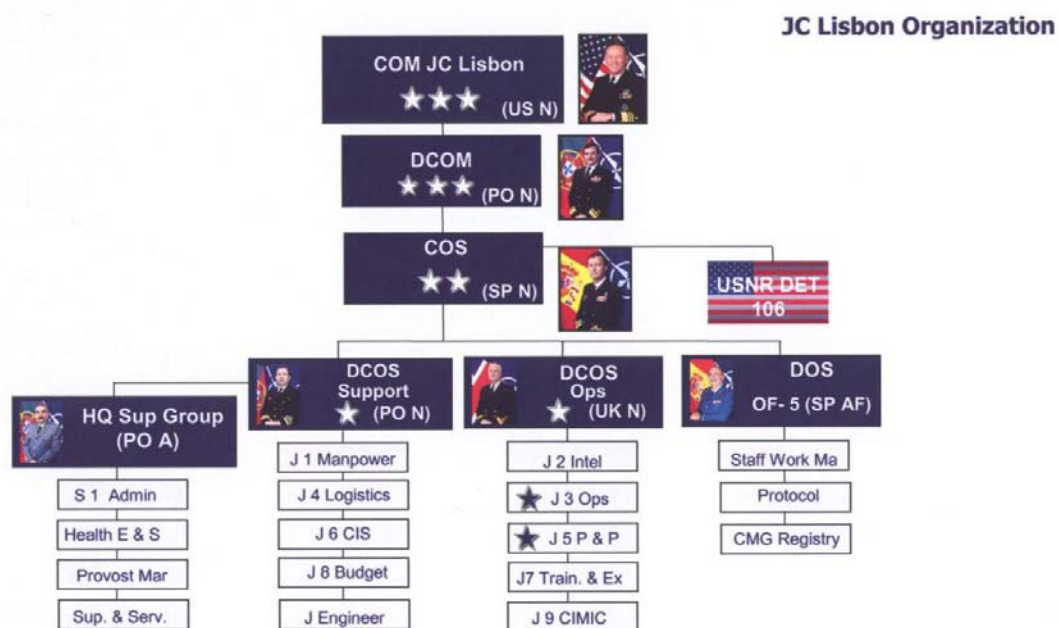
A Estrutura Militar

COMANDO ATLÂNTICO ALIADO





Anexo 3 – Estrutura Superior de Comando do JC LISBON





Anexo 4 – PORTUGUESE PERSPECTIVES

PORTUGUESE PERSPECTIVES

SUBJECT: REVISION OF THE NATO COMMAND STRUCTURE (NCS)

1. SITUATION

Considering the discussion on the revision of the NCS that will take place at the next SOG meeting (06SEP02), Portugal (PO) has decided to offer a paper (PO Perspectives) to be used as a national contribution.

2. AIM

This paper aims to raise some principles and to provide some points for reflection, which, in our view, should be considered in the preparation for the theme, revision of the NATO NCS, to be discussed during the next Senior Officials Group (SOG) meeting, in addition to other national proposals.

3. PRINCIPLES

- a. In a security and defense organization, the definition of its Command Structure should always be supported by a real and present threat analysis. That requires the definition of possible threats and the consideration of the strategic areas where they have a major possibility to erupt.
- b. PO considers that the NCS needs to be adapted, as well characterized Cold War threats no longer exists.
- c. In the post Cold War period, we have been faced with a new threat materialized by the international terrorism, a new kind of threat also obvious in the Southern Mediterranean and the Middle East.



- d. The revision of the NCS should aim at the adaptation of the present NATO structures to the new strategic realities and challenges.
- e. NATO has its own consolidated, well defined and in place infrastructures, from where its mission, with minor adjustments, can continue to be accomplished. The necessity of setting up new infrastructures, wherever it may happen, becomes a redundancy that should be avoided.
- f. Whenever the Minimum Military Requirements (MMR) process is referred, it has to be understood as “Minimum” and not “as no more than”. It means that NATO should have more than the “minimum”, within reasonable capabilities, however avoiding duplications.

4. THREAT ANALYSIS

- a. Concerning threat definition, it has to be said that we cannot reduce crisis to terrorism and to the possible use of WMD and its proliferation. Besides the consequent implications upon the article 5 and collective defense, everything that threatens the freedom in the Euro-Atlantic area has also to be considered, in order to guaranty, for example, an efficient European energy policy (petrol and natural gas), as well as the peacetime control of illegal activities which have been supporting the international terrorism, mainly illegal immigration and weapons/materials/technology traffic.
- b. Concerning areas where conflicts have more probabilities to erupt and based on the real and present situation, we can define an “instability arch” embracing the Euro-Atlantic area, Europe by its South, where regions of permanent instability and some of the world more problematic ones are located.



- c. Putting together the previous remarks, undoubtedly, NATO has to be prepared to face threats along its European Southern flank, mainly at its East and West corners. Consequently all the regional, acquired and belonging to the present command structures expertise, should be weighed, welcomed and considered in every revision of the NCS.
- d. In general terms, PO criticizes the way the revision of NCS has, so far, been approached in some cases. In fact, PO considers that both geography and the present threats to the Alliance have been ignored.
- e. The global war against terrorism depends on regional expertise contributions, namely in how to improve the control over potential threat areas. Having no monitoring and early warning capabilities of the situation in Africa and the Middle East, the absence of capable or responsible governments to govern their countries, to safeguard their military armaments and to prevent territories from serving as sanctuary to terrorists and criminal organizations, should be a case of concern and a threat to stability and peace, demanding, thus, the Alliance and its Members' highest attention.
- f. These inabilities could lead to the creation of a fertile ground for non-state actors to emerge as potential terrorists, facilitating the acquisition of NBC capabilities and illegal activities, including drug and human trafficking which are common means of financing global terrorism.

5. FUTURE NCS

- a. **Overall** - PO considers that:
 - (1) To be credible, the future NCS has to be prepared to continue dealing with article 5 and Crisis Response Operations (CROs).
 - (2) Under the principle "Focused" considered in the UK paper, it is important to clarify who (and how) it is foreseen to deal with NATO peacetime activities after the approval of the NATO operational requirements.



- (3) Concerning "Footprint in Continental US", both Strategic Commands should continue to dispose of overlapping capacities. It means that ACE focus should be operational but not merely operational; in the same direction ACLANT focus should be functional, but not only regarding the transformation. Under these circumstances, the complementarity of HQs tasks becomes important.
 - (4) The option for less and more robust HQs (SC and RHQ), able to cope with operations without augmentees, can result in a reduced flexibility for the NCS, with manpower concentrated on two or three clusters, therefore with increased risks for survivability and C2 redundancy. In addition, that could lead to situations of overmanning, if the HQ is not committed to operations.
 - (5) Should the option of the necessary infrastructures prevail, it must be taken into account the importance of both the investments made by the Alliance and the quality and modernity of the CIS systems.
 - (6) A clarification of the guideline "we should have no more structure than is necessary to meet the MMR" is needed, because this posture is considered restrictive, jeopardizing thus, once again, the flexibility and C2 redundancy. Furthermore, PO wonders about its maintenance and who, in the future, will support the costs.
- b. **The Strategic Level** - Based on what was said, PO supports a NCS with three levels, as follows:
- (1) The best option to the future NCS would be the retention of the two Strategic Commands, one in Europe and the other one to be based in the Continental United States. In our view, only this situation could support the best Euro-Atlantic cohesion and the correct division of the strategic work to support NATO commanders and NATO policies.



- (2) Of course that the ideal would be to maintain operational both Strategic Commands, but the possible present evolution to one single Operational Strategic Command based in Europe must be carefully analyzed and discussed. One option for the Strategic Command based in the United States is to be transformed into a functional command with the primary responsibility for transformation, simulation, and concept development and associated tasks: joint doctrine development, high level academic training, exercises and lessons learned. From our point of view, the best solution would be to keep, at least, some operational overlapping between both Strategic Commands.
- (3) In the same line of reasoning, while maintaining a NATO footprint in the US, it is important to SACLANT (not only functional but with wider responsibilities including an AOR and forces, in parallel with its future orientation to "transformation") to have a footprint in Europe.
- (4) PO agrees that the option for only one operational SC requires the acceptance of a degree of risk by placing all the Alliance Strategic level operational C2 capabilities into one HQ. Besides, evolution with enlargement and the threat of asymmetric warfare, including catastrophic terrorism, will make that HQ more vulnerable.

c. The Second Level - Regional

- (1) It is the level of command in which major combined-joint operations and campaigns are planned, conducted and logistically sustained to accomplish strategic objectives from its static headquarters and to support deployable, land and sea based CJTFs.



- (2) The previous threat analysis shows that, nowadays, threats to the Alliance's Central and Northern territory do not exist. The only threats to Alliance come from the Southern Tier (MENA). This reality should lead to radical changes in the present structure. It is in the South that the Combined Joint Commands should continue integrated in the future NCS, with the capacity to support the forces (land and maritime), deployable for operations.
- (3) PO disagrees that the NATO LOA generates only a requirement for 4 JFHQs. We accept that minimum for operational purposes, but, in addition, other aspects should be contemplated such as: political, geographic and non-operational factors, what obliges to increase that number.
- (4) PO disagrees with the removal of the regional approach for static HQs. To maintain, or even improve, all the acquired expertise is essential. Besides, we agree that forces could be employed in order to face threats anywhere, but they should always be tied up with an operational static HQ, where regional expertise is indispensable.
- (5) We agree with the position expressed in 7.g. of the UK paper, whereby it is stated that "HQs to retain an area of interest and expertise, but able to undertake operations world-wide as Supreme Commander dictates, either deployed or from home base. They will also retain an Article 5 responsibility at scales determined by threat levels."
- (6) About the number of JFCHQs, and based on the assumption that the MMR is four HQs, PO recognises, *inter alia*, that the requirement for augmentation, C2 redundancy and span of control suggests a need for more than that, meaning that 4 JFCHQs is the initial number to be taken into consideration in a further discussion.



d. **Third Level**

- (1) About "Resourcing", to decide upon the final destination of the infrastructures not to be used in the future is very important. PO raises the already referred problems, regarding maintenance, costs and funding.
- (2) The NFS (I.A.W. - MC 317/1) should maintain the forces (HRF/FLR) available and prepared to be deployable in operations, under the Command and Control of the Joint Commands (2nd level).

6. FINALLY

- a. In what it concerns the definition of the "principles" and "guidelines" to be present to the Ministers for the occasion of the "Warsaw Informal Meeting", it should be stressed that they should take into consideration what the NATO Military Authorities have been adopting (SHAPE, BI-SC, IMS, CM), bearing in mind that these considerations are merely of operational nature. In this field it is worth mentioning that the designated "non-operational factors", presented as something "superfluous" (MC Report on MMR / IMSM - 457-02, dated 31July02), once they constitute structuring features of the Alliance. This kind of assessment may jeopardise NATO's efficiency and efficacy, namely: "C2, Redundancy and Survivability, Flexibility and Span of Control".
- b. Furthermore, it is important to take into account other considerations of political and politico-military nature, in which the cohesion, jointness and multinationality assume major significance, as clearly expressed on the MC400/2. Weighing operational requirements, military structures and procedures must demonstrate the Alliance cohesion, solidarity and the transatlantic link. This requires structural elements to be geographically distributed throughout the Alliance and a high degree of multinationality.



- c. It is considered that the studies made by NMA are being developed in a good rhythm. It is now necessary to eliminate contradictions, assuming the new national contributions that have been made at the level of IMS/MC and, more recently, during the MC/CS Tour.
- d. To finalise, PO agrees with the following timelines:
 - (1) Warsaw Ministerials, 22/25Sep02 - endorse principles and guidelines on generic structures for NMAs to work up specific recommendations for Prague Heads of State and Governments meeting.
 - (2) Prague Heads of Governments, 21/22Nov02 - agree specific recommendations, issue guidance and a timeframe for completion.
 - (3) Summer 2003. Agree final structure and begin implementation prior to entry by new nations in summer 2004.

PO MOD, 28 August 2002



PO Now-paper
JHQ Lisbon
2002. 28 Aug
JHQ Lisbon

PORTUGUESE NON-PAPER

SUBJECT: THE NATO COMMAND STRUCTURE (NCS) - For a rational HQ distribution

Ref: PORTUGUESE PERSPECTIVES, PO MOD, 28th August 2002

Considering the discussion on geographic locations focusing on Allied Command Operation (ACO) that will take place at the next SOG meeting (20 Feb 03), Portugal has decided to circulate this non-paper.

ANALYSIS

a. The Southern link

In our opinion, the NATO standing command infrastructures should be located where they best can tackle the risks and threats. And as we all know, future conflicts are more likely to occur within the area defined as the "Southern instability arch" embracing Europe by the south.

These are persistently unstable areas where terrorist organizations may find safe haven and where we might be confronted with the possible use of WMD and the development of their means of delivery. Therefore, in order to guarantee the Euro-Atlantic security one must consider these threats seriously.

A realistic analysis shows that nowadays threats to the Alliance's Central and Northern territory have mostly faded away. Therefore, since the most palpable threat posed against the Alliance comes from its Southern tier (MENA) the present Joint Command HQs should be kept in the Southern European NATO area, from where they can have a closer look at the situation, gather relevant information on emerging scenarios, and keep bilateral contacts with neighboring countries, together with the capacity to plan, carry out, direct, and sustain NATO forces in operations, if necessary.



b. The Maghreb – a crisis waiting to happen?

When considering the overall situation of the Maghreb, one must take into account the following

- The population in Africa and particularly in the Maghreb region, will double in 25 years and its economic structures cannot cope with that growth.
- In recent years, the internal conflict in Algeria (with some external repercussions), has left 100.000 dead and Muslim fundamentalism is far from being curbed.
- Fundamentalism is on the rise in Morocco where the presence of Al Qaeda cells was detected, and there is no foreseeable settlement for the Western Sahara conflict. Moreover, the Strait of Gibraltar and its approaches remain a sensitive choke point.

Indeed, the risks and threats have shifted southwards and this appears not only to be a transitional “momentum”, but rather a longstanding trend. Therefore, the new NCA should not neglect of the SW area of Europe, otherwise one runs the serious risk of undermining the motivation of those engaged in shaping an environment of stability in the area while giving a sense of free-hand to those who promote violence, terrorism and instability.

At the same time, NATO will lose visibility and severely hinder its capability to develop and to strengthen constructive relationships with its Maghreb neighbors, as well as reduce the capacity to anticipate crisis.

Of course military action can always be considered to tackle future threats from afar, but it will be less calibrated and less informed. In this respect, the Mediterranean Dialogue plays a fundamental role as a catalyst for a better understanding between the two sides of the Mediterranean.



c. Existing Capabilities

The global war against terrorism requires regional expertise and the JHQ located in Portugal can offer exactly the expertise that the Alliance needs, particularly regarding the Euro-Atlantic, North and West African areas.

One must also take into account the importance of both the investments made so far by the Alliance, and the quality and modernity of the CIS systems. The present SOUTHLANT infrastructure is ready to be used without major adjustments, thus allowing for a timely implementation and a most effective use of existing resources.

As to manpower, it is important to stress that the present SOUTHLANT PE, manned and supported by nations, is 95% fulfilled and has an overall strength similar to that of the future JHQ.

These conditions are consistent with the need to make the best use of the available resources (funds, manpower, infrastructure) and are compatible with the evolving NATO-EU command arrangements for EU-led operations.

The RC SOUTHLANT has a long history of Atlantic expertise. Its current capabilities permit the adequate coverage of the SW Atlantic (maritime surveillance, maintenance of the security and availability of the SLOCs), the Maghreb and Mediterranean entry (proximity to areas of geo-strategic interest) while assuming an appropriate share of routine operational activities and other non-operational tasks. It has the capability to conduct operations on a regional basis from its static location, using its available resources, manpower and C2 capabilities already in place, thus not justifying the deployment of the full maritime-based CJTF HQ.

Both Strategic Commands have consistently supported the continued presence of a Joint HQ in the region and the added value it can bring to the generation of a CJTF based on the present arrangements of Strikfleetlant as its Parent HQ.



CONCLUSION

As a bottom line, the NCS is a key instrument to meet the present and future challenges. That is why we should get it right.

The transatlantic link remains as vital as during the first half century of the Alliance and we are eagerly looking forward to the essential role that transformation will have on shaping capabilities and, hopefully, narrowing the gap between allies.

A US based Strategic Allied Command for Transformation will become the driving force for that essential role, fully materializing the transatlantic link that Portugal has always so actively defended.

The current nucleus staff for a CJTF present in STRIKFLTANT HQ guarantees the existence of an operational element of the NCA in the US, without interfering with the essential role of transformation that will be performed by the ACT.

We do not see the need to increase further the current operational NATO presence in the US at the expense of its Southern tier. Moreover, the JHQ in Lisbon, apart from its normal responsibilities, can always be ready to produce, when needed, trained and experienced augmentees so decreasing the response time for the CJTF.

In conclusion, the choice of RC SOUTHLANT offers the following advantages:

- **Military Effectiveness of the Command Structure** - because it is trained and capable of fulfilling its mission and tasks, is suitable equipped and has easy access to air and sea ports;
- **Effective use of resources** - because it entirely respects this principle;
- **Timely Implementation** - because there is no need for a protracted transition period;



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
DIRECÇÃO-GERAL
DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

- **Manpower Resources** – because of its PE fulfilled over 95% (actual manpower of 270 people) from 8 different NATO nations;
- **Support of host nation** –support provided to the personnel since 1972 with facilities in place (housing, schools, medical facilities, security, etc.)
- **Strategic environment** - location near critical areas in the periphery of the Alliance namely Northwestern and Western Africa, with particular emphasis to the Maghreb.

Its central location in relation to the Euro-Atlantic area, the proximity to the Gibraltar approaches and to the Maghreb area, enables the development of an important early warning capability as well as the reinforcement of the Mediterranean Dialogue.

These considerations support the Portuguese view that the RC SOUTHLANT is the best option to be the future JHQ WEST.

Lisbon, 14th February 2003



Anexo 5 – Exemplos de “NATO Job Description”

NATO UNCLASSIFIED

NATO JOB DESCRIPTION

PART I - JOB IDENTIFICATION

JobTitle Branch Head (Land Operations) **Date** 01-April-2004
PE Post Number OJW OLX 0010 **HQ** JHQ West
Rank/Grade OF-5 **Division** J3 Operations
Nationality Undetermined (ISPE) **Branch** Land Operations
Environment LAND Required **Duty Location** Forward Facilitating Staff Element
(Branch is colocated with HQ at Oeiras (PO)).
CE Post Number 310 02 Deputy Director, CJOC
DJTF Post Number

PART II - PE DETAILS

A. POST CONTEXT

JHQWEST is the headquarters at NATO's operational level command that is capable of mounting the sea-based CJTF HQ. J3 OPERATIONS is a Division responsible to DCOS OPS for providing advice on matters pertaining to the implementation of operational plans, procedures and techniques to ensure positive command and control of forces in the Area of Operations assigned. LAND OPERATIONS is a Branch that responsible to J3 for the operational level direction and control of land operations during peace, crisis, and war when forces are transferred to his command authority. Within the LAND OPERATIONS Branch the incumbent is responsible to J3 for the operational level direction and control of land operations during peace, crisis, and war when forces are transferred to JCWEST command authority.

B. REPORTS TO

Division Head (J3 Operations), OJW OXX 0010.

C. PRINCIPAL DUTIES

The incumbent's duties are:

Serves as principal staff advisor on Land operations and related training aspects. Directs and co-ordinates interface issues related with reinforcement of forces during involvement in operations and exercises. Plans and reports on Command involvement in all Land operations aspects in NATO exercises. Prepare policy papers, exercise planning and other relevant reports for the Land operations branch for submission to the J3 for approval. Assists J7 thru J3 HOD on the planning, and execution of HQ JCWEST Exercises, and advise on simulation systems for Land Forces. Acts as the principal liaison element with national and relevant NATO Land Forces to ensure appropriate flow of information and to facilitate JCWEST projects involving Land forces.

As part of the Forward Facilitating Staff Element, this post will be permanently embarked on the sea-based CJTF platform.

Supervisory duties: Dependent on requirements may be required to direct and supervise the work priorities of one or more HQ multifunctional teams.

There are first line reporting responsibilities for the following numbers of staff: 1 x OR-5; 5 x OF-4; 2 x OF-3

D. ADDITIONAL DUTIES

Performs other related duties as directed or assigned, namely JOC duties.

To be trained and exercised in the CE post duties.

The incumbent is required to undertake operational deployments and/or TDY assignments both within and without NATO's boundaries.

The post is assigned to fill crisis establishment post number 310 02 Deputy Director, CJOC of Main Command Post (CJTF Sea-based), (NTM: 15 days).

The work is normally performed in a typical Office environment. Normal Working Conditions apply. The risk of injury is categorised as: No Risk.

NATO UNCLASSIFIED

OJW OLX 0010

Page 1 of 2



NATO UNCLASSIFIED

PART III - QUALIFICATIONS

A. ESSENTIAL QUALIFICATIONS

1. Professional/Experience

OL01: Land Operations - General

2. Education/Training

A University education and 10 years related experience.

Courses:

N-3-51	NATO Senior Officers' Crisis Management Course	NATO School
N-5-35	Bi-SC Command & Control Course	NATO School

3. Security Clearance

COSMIC TOP SECRET/A

4. Language

English 4343

French Not required.

5. Standard Automatic Data Processing Knowledge

Word Processing: Working knowledge

Spreadsheet: Working knowledge

Graphics Presentation: Working knowledge

Database: Not required

E mail Clients Web Browsers: Working knowledge

Web Content Management: Not required

B. DESIRABLE QUALIFICATIONS

1. Professional/Experience

CO02A: Command - Command Support - Management/Command

Involve planning, organizing, directing, coordinating, controlling, and evaluating the use of men, money, materials, and facilities to accomplish assigned functional areas, and tasks. Management is inherent in command, but it does not include as extensive authority and responsibility as Command. Staff Officers require broad military background including previous major staff experience, preferably joint or combined staff. Officers serving ahead of an organisational entity (branch, section) should be coded under this NOC. Previous Staff experience at large HQ, Joint Command, NATO HQ or MOD. Wide experience in office communication and information systems. High level of organisational, coordination and communication skills

2. Education/Training

Desirable courses:

N-3-53	Joint Operations Centre Course	NATO School
--------	--------------------------------	-------------

Specialisations: Operational Staff experience

Joint warfare trained

Specific experience: National War College (preferred).

Staff experience (required).

Previous experience in Combined Joint exercises/operations (preferred).

3. Language

English n/a

French n/a

C. CIVILIAN POSTS

n/a

D. REMARKS

NATO UNCLASSIFIED

OJW OLX 0010

Page 2 of 2



NATO UNCLASSIFIED

NATO JOB DESCRIPTION

PART I - JOB IDENTIFICATION

JobTitle	Section Head (Psychological Operations)	Date	01-April-2004
PE Post Number	OJW OOP 0010	HQ	JHQ West
Rank/Grade	OF-4	Division	J3 Operations
Nationality	Undetermined (ISPE)	Branch	Joint Operations Support
Environment	LAND Required	Section	Psychological Operations
		Duty Location	Oeiras (PO)

CE Post Number 390 12 Info Ops Psy Ops Officer
DJTF Post Number

PART II - PE DETAILS

A. POST CONTEXT

JHQWEST is the headquarters at NATO's operational level command that is capable of mounting the sea-based CJTF HQ. J3 OPERATIONS is a Division responsible to DCOS OPS for providing advice on matters pertaining to the implementation of operational plans, procedures and techniques to ensure positive command and control of forces in the Area of Operations assigned. JOINT OPERATIONS SUPPORT is responsible to J3 for the operational level direction and control of Electronic Warfare (EW), force protection Information Operations (INFO OPS), and meteorology and oceanography, Psychological Operations (PSYOPS), targeting and Rules of Engagement (ROE) issues and the CJOC. PSYCHOLOGICAL OPERATIONS is a Section that is responsible to Chief of Joint Operations Support Branch for the operational level direction and control of PSYOPS operations during peace, crisis and war. Within the PSYCHOLOGICAL OPERATIONS Section the incumbent is responsible to advise COMJWCWEST, with right of direct access, on the employment of Psychological Operations (PSYOPS) in support of NATO military objectives in peace, crisis and conflict, and serve as principal staff advisor on PSYOPS matters.

B. REPORTS TO

Branch Head (Joint Operations Support), OJW OOX 0010.

C. PRINCIPAL DUTIES

The incumbent's duties are:

Leads, trains, and directs the combined and joint PSYOPS staff of the regional headquarters, managing all PSYOPS inputs to all operational and exercise operations and plans. Determines the PSYOPS support information and intelligence requirements, leads PSYOPS analysis and planning of PSYOPS actions. Advises the COMJWCWEST on PSYOPS requirements, plans, and operations. Maintains active liaison with SHAPE Special Operations Office, regional PSYOPS offices in national MOD's, UK PSYOP Forces, US Special Operations Command Europe, adjacent and subordinate commands and other agencies for all PSYOPS matters within the command.

Supervisory duties: Dependent on requirements may be required to direct and supervise the work priorities of one or more HQ multifunctional teams.

There are first line reporting responsibilities for the following numbers of staff: 1 x OF-3

D. ADDITIONAL DUTIES

Performs other related duties as directed or assigned, namely, to JOC duties .

To be trained and exercised in the CE post duties

The incumbent is required to undertake operational deployments and/or TDY assignments both within and without NATO's boundaries.

The post is assigned to fill crisis establishment post number 390 12 Info Ops Psy Ops Officer of Main Command Post (CJTF Sea-based), (NTM: 15 days).

The work is normally performed in a typical Office environment. Normal Working Conditions apply. The risk of injury is categorised as: No Risk.

NATO UNCLASSIFIED

OJW OOP 0010

Page 1 of 3



NATO UNCLASSIFIED

PART III - QUALIFICATIONS

A. ESSENTIAL QUALIFICATIONS

1. Professional/Experience

AM01A: Management And Administrative Services - General - Management/Command

Includes all activities involved in planning, organizing, directing, coordinating, controlling, and evaluating the use of men, money, materials, and facilities to accomplish assigned functional areas, and tasks. Management is inherent in command, but it does not include as extensive authority and responsibility as Command.

Staff Officers require broad military background including previous major staff experience, preferably joint or combined staff. Previous Staff experience at large HQ, Joint Command, NATO HQ or MOD required. Wide experience in office communication and information systems. High level of organisational, coordination and communication skills. Knowledge of military administration and personnel management required.

2. Education/Training

A University education and 6 years post related experience, or a Higher Secondary education and completed advanced vocational training leading to a professional qualification or professional accreditation with 6 years post related and 2 years function related experience.

Courses:

N-3-08	Orientation to NATO Psychological Operations Planning Course	NATO School
N-3-09	Orientation to NATO Psychological Operations Course	NATO School
N-3-19	NATO Info Operations and Command and Control Warfare Course	NATO School

3. Security Clearance

COSMIC TOP SECRET

4. Language

English 4343

French Not required.

5. Standard Automatic Data Processing Knowledge

Word Processing:	Working knowledge
Spreadsheet:	Working knowledge
Graphics Presentation:	Working knowledge
Database:	Not required
E mail Clients Web Browsers:	Working knowledge
Web Content Management:	Not required

B. DESIRABLE QUALIFICATIONS

1. Professional/Experience

IW04: Information Warfare - Psychological Operations

Psychological operations (PSYOPS) are defined as: 'planned psychological activities designed to influence attitudes and behaviour affecting the achievement of political and military objectives'.¹ PSYOPS include Strategic Psychological Activities (SPA), Psychological Consolidation Activities (PCA), Battlefield Psychological Activities (BPA) and Peace Support Psychological Activities (PSPA). Require officers who are familiar with IW doctrine, structure, and procedures, including threats, legal issues, ISR assets and capabilities.

2. Education/Training

Specialisations: - Exercise planning experience.

- NATO Joint Operations Centre Course

Specific experience: Staff Officer with national and International experience in Psychological Operations, general operational and crisis management planning and operations

Joint warfare trained

3. Language

English n/a

NATO UNCLASSIFIED



NATO UNCLASSIFIED

French n/a

C. CIVILIAN POSTS

n/a

D. REMARKS

NATO UNCLASSIFIED

OJW OOP 0010

Page 3 of 3



NATO UNCLASSIFIED

NATO JOB DESCRIPTION

PART I - JOB IDENTIFICATION

JobTitle Section Head (Information Management)	Date 01-April-2004
PE Post Number OJW IPI 0010	HQ JHQ West
Rank/Grade OF-3	Division J2 Intelligence
Nationality Undetermined (ISPE)	Branch Intelligence Plans and Support
Environment AIR Preferred	Section Information Management
	Duty Location Forward Facilitating Staff Element (Section is colocated with HQ at Oeiras (PO)).

CE Post Number 230 01 Chief IM
DJTF Post Number

PART II - PE DETAILS

A. POST CONTEXT

JHQWEST is the headquarters at NATO's operational level command that is capable of mounting the sea-based CJTF HQ. J2 INTELLIGENCE is a Division that is responsible to the DCOS Operations for planning and prioritising the JC West intelligence effort; responsible for providing intelligence support to the Joint HQ West staff, subordinate commands, higher headquarters, and assigned forces including CJTF. Intelligence Plans and Support Branch is responsible to J2 for all aspects of Intelligence Plans & Exercises; establishes, co-ordinates and implements plans, policies, architecture and standardised procedures for conducting intelligence and geographic support to the JHQ West and subordinate commands;. INFORMATION MANAGEMENT is a Section that is responsible to Chief, Intelligence Plans and Support Branch for the coordination of intelligence ADP requirements within the Joint HQWest. Within the INFORMATION MANAGEMENT Section the incumbent is responsible to Chief, Intelligence Plans and Support Branch for the coordination of intelligence ADP requirements within the Joint HQWest;

B. REPORTS TO

Branch Head (Intelligence Plans and Support), OJW IPX 0010.

C. PRINCIPAL DUTIES

The incumbent's duties are:

Directs a 7 man intel info management section which is responsible for:

- Coordination of intelligence ADP requirements within the JHQ;
- Definition and development of intelligence ADP architecture for operations;
- Dissemination and publication of intelligence products;
- Management and administration of intelligence related systems, databases, webpages.

As part of the Forward Facilitating Staff Element, this post will be permanently embarked on the sea-based CJTF platform.

Supervisory duties: Dependent on requirements may be required to direct and supervise the work priorities of an adhoc or permanent team within the functional area.

There are first line reporting responsibilities for the following numbers of staff: 2 x OR-7; 2 x OR-5; 2 x OF-2

D. ADDITIONAL DUTIES

Performs other related duties as directed or assignend.

The incumbent is required to undertake operational deployments and/or TDY assignments both within and without NATO's boundaries.

The post is assigned to fill crisis establishment post number 230 01 Chief IM of Main Command Post (CJTF Sea-based), (NTM: 15 days).

The work is normally performed in a typical Office environment. Normal Working Conditions apply. The risk of injury is categorised as: No Risk.

NATO UNCLASSIFIED

OJW IPI 0010

Page 1 of 3



NATO UNCLASSIFIED

PART III - QUALIFICATIONS

A. ESSENTIAL QUALIFICATIONS

1. Professional/Experience

AM01A: Management And Administrative Services - General - Management/Command

Includes all activities involved in planning, organizing, directing, coordinating, controlling, and evaluating the use of men, money, materials, and facilities to accomplish assigned functional areas, and tasks. Management is inherent in command, but it does not include as extensive authority and responsibility as Command.

Staff Officers require broad military background including previous major staff experience, preferably joint or combined staff. Previous Staff experience at large HQ, Joint Command, NATO HQ or MOD required. Wide experience in office communication and information systems. High level of organisational, coordination and communication skills. Knowledge of military administration and personnel management required.

2. Education/Training

A University education and 4 years post related experience, or a Higher Secondary education and completed advanced vocational training leading to a professional qualification or professional accreditation with 5 years post related and 2 years function related experience.

Courses:

P-5-32 NATO Staff Officers' Orientation Course

NATO School

3. Security Clearance

COSMIC TOP SECRET

4. Language

English 3333

French Not required.

5. Standard Automatic Data Processing Knowledge

Word Processing: Advanced knowledge

Spreadsheet: Advanced knowledge

Graphics Presentation: Working knowledge

Database: Advanced knowledge

E mail Clients Web Browsers: Advanced knowledge

Web Content Management: Working knowledge

B. DESIRABLE QUALIFICATIONS

1. Professional/Experience

IS02: Information Systems Engineering And Maintenance - System Management

Manage allocated resources and establish a programme of work to maintain the operational and support environments for the all assigned systems. Ensure that all approved changes are designed, implemented and tested in accordance with sound engineering principles and current procedures.

2. Education/Training

Other courses: NATO Intelligence Course

Specialisations: Must have sufficient experience working as an intelligence staff officer.

Should have experience of Air, Ground and Maritime operations and CJTF doctrine.

Knowledge of Intelligence and operational planning procedures.

Must have experience of Joint Operations.

Must have a C4ISR and Information Systems architecture background.

Specific experience: Must have a good knowledge of Microsoft Operating Systems

Must have a good knowledge of web base languages;

3. Language

English n/a

French n/a

NATO UNCLASSIFIED

OJW IPI 0010

Page 2 of 3



NATO UNCLASSIFIED

C. CIVILIAN POSTS

n/a

D. REMARKS

NATO UNCLASSIFIED

OJW IPI 0010

Page 3 of 3



Apêndices



Apêndice 1 – Entidades Entrevistadas

- General José Alberto Loureiro dos Santos – pelas 17 horas de 14 de Abril de 2004.
- Tenente-General José Luís Pinto Ramalho – Director Geral da Política de Defesa Nacional / MDN – pelas 17 horas de dia 24 de Junho de 2004.
- Coronel Tm Rui Manuel Xavier Fernandes Matias – Chefe da Divisão de Comunicações e Sistemas de Informações / EME – pelas 15 horas de 18 de Novembro de 2003.
- Tenente Coronel Inf Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva – Divisão de Planeamento / EMGFA – pelas 14 horas de 16 de Outubro de 2003.
- Tenente Coronel Inf João Vasco Sousa de Castro Quadros – Adjunto do Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa / DGPDN/MDN – diversas entrevistas iniciadas em 01 de Julho de 2004.
- Tenente Coronel Art Luis Alberto Meneres Sancho – Divisão de Operações / EME – pelas 15 horas de 03 de Maio de 2004.
- Tenente Coronel Art Rui Manuel Carlos Clero – Military Assistant to COMJHQ LISBON – pelas 14 horas de 21 de Junho de 2004.
- Tenente Coronel Art Carlos Manuel Alpedrinha Pires – JHQ LISBON – pelas 12 horas de 07 de Setembro de 2004.
- Major Art José Manuel Sena Balsinhas – JHQ LISBON – pelas 14 horas de 13 de Novembro de 2004.
- Major Eng Albano Manuel Claro Azevedo da Silva – JHQ LISBON – pelas 14 horas de 07 de Setembro de 2004.
- Paulo Jorge N. Coelho – Fiscal Officer/JHQ LISBON – pelas 16 horas de 07 de Setembro de 2004.



Apêndice 2 – Nova Estrutura de Comando

À primeira vista, a Comando Aliado das Operações assemelha-se ao seu principal antecessor, o Comando Aliado da Europa. Continua a ter três níveis de comando; a estar sediado no Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa (SHAPE) em Mons, Bélgica e a ser comandado pelo Comandante Supremo Aliado da Europa (SACEUR). Dito isto, a referência à Europa tanto no SHAPE como no SACEUR é agora para indicar *na* Europa, em vez de *para* a Europa, reflectindo as responsabilidades geográficas muito mais alargadas. Além disso, o realinhamento radical das funcionalidades entre os níveis de comando torna a Comando Aliado das Operações muito diferente do Comando Aliado da Europa.

Com os novos dispositivos, a função primária do SHAPE é fornecer aconselhamento estratégico “para cima”, para a Sede da OTAN, e orientação estratégica “para baixo”, para os quartéis-generais de segundo escalão de comando do ACO⁹⁰. O SHAPE dirigirá agora os três novos quartéis-generais “operacionais” de segundo escalão de comando, que serão responsáveis pelo controlo de todas as futuras operações da Aliança. Estes são os dois Comandos de Forças Conjuntas com sede em Brunssum, Holanda, e em Nápoles, Itália, e o Quartel-General Conjunto sediado em Lisboa. Cada Comando de Forças Conjuntas deve ser capaz de efectuar toda a gama de operações da Aliança, incluindo o fornecimento dum quartel-general de CJTF baseado em terra. Pelo seu lado, o Quartel-General Conjunto, um quartel-general mais limitado mas ainda robusto, centrar-se-á no comando de CJTF a partir duma plataforma naval. O princípio da funcionalidade também foi alargado aos seis quartéis-generais de “Comando de Componente” do ACO do terceiro escalão de comando, dois para cada uma das forças (aéreas, terrestres e navais), em Esmirna na Turquia, Ramstein na Alemanha, Madrid em Espanha, Heidelberg na Alemanha, Nápoles em Itália, e Northwood no Reino Unido, respectivamente. Estes quartéis-generais de Comando de Componente dispõem dum conjunto flexível de meios de comando peritos no respectivo ambiente, e qualquer deles pode ser utilizado em qualquer quartel-general do segundo escalão de comando.

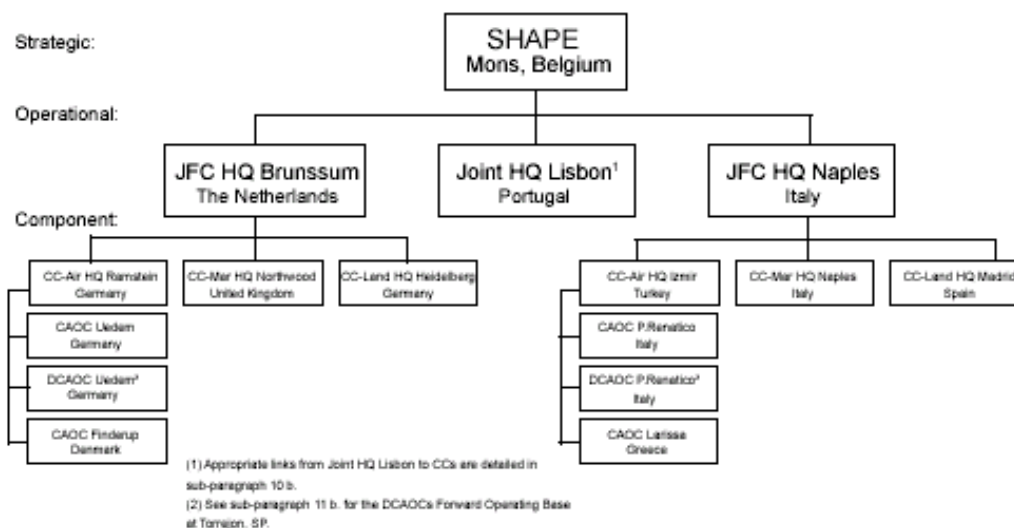
A racionalização funcional no seio do Comando Aliado das Operações estender-se-á bastante para além dos principais blocos organizacionais e, na verdade, será intrínseca de toda a organização. Por outro lado a funcionalidade está a ser levada até

⁹⁰ Representa em si mesmo um importante passo em frente, acabando com uma ambiguidade originalmente criada em 1995 quando a operação IFOR na BiH foi controlada directamente de Mons



ao mais baixo escalão prático de comando, o que levará a uma importante redução do pessoal do SHAPE e a um importante aumento da “robustez” dos quartéis-generais operacionais.

Allied Command Operations



O segundo Comando Estratégico, o ACT, está sediado nos Estados Unidos em Norfolk, Virgínia, uma localização que não só ajuda a manter forte o elo transatlântico como também lhe permite comunicar directamente com o USJFCOM, cuja sede fica próxima. Foi desenvolvida uma estrutura organizacional inteiramente nova – constituída por quatro elementos principais – para permitir ao Comando Aliado da Transformação apoiar os vários pilares da transformação. O elemento *Strategic Concepts, Policy and Requirements*⁹¹ está a ser parcialmente assumido pelo recentemente criado *ACT Staff Element*⁹² na Europa. O *Joint Concept Development*⁹³, segundo elemento principal do ACT, ficará centrado no *Joint Warfare Centre*⁹⁴ em Stavanger, Noruega, ligado ao *Joint Analysis and Lessons Learned Centre*⁹⁵ em Monsanto, Portugal, e ao *Joint Force Training Centre*⁹⁶ em Bydgoszcz, Polónia. O elemento *Future Capabilities, Research and Development*⁹⁷ inclui o Centro de

91 Conceito Estratégico, Políticas e Requerimentos

92 Elementos de Estado Maior do ACT

93 Desenvolvimento do Conceito Conjunto

94 Centro de Guerra Conjunta

95 Centro Lições Aprendidas e Análise de Operações Conjuntas

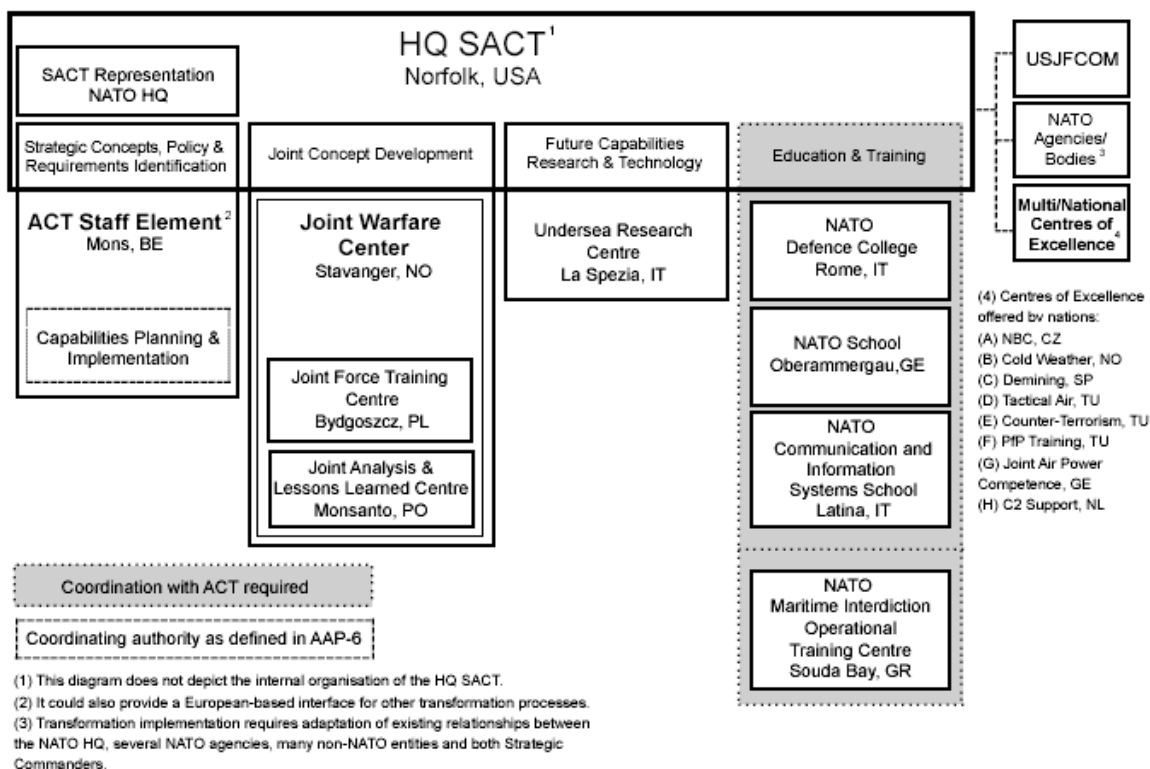
96 Centro de Treino de Forças Conjuntas

97 Investigação e Desenvolvimento de Capacidades Futuras



Investigação Submarina em La Spezia, Itália, mas também ficará ligado a outras instituições de investigação nacionais e internacionais. Também está previsto um centro OTAN de treino operacional de interdição naval na Grécia, associado ao ACT. O elemento final – *Formation*⁹⁸ – inclui o Colégio de Defesa da OTAN em Roma, Itália, a Escola OTAN de Oberammergau, Alemanha, e a Escola OTAN de Comunicações e Sistemas de Informação em Latina, Itália. Todos estes elementos serão integrados na organização central de Norfolk, Virgínia. Através desta, ficarão ligados às agências e órgãos da OTAN e aos vários “Centros de Excelência” nacionais envolvidos na promoção da transformação da Aliança e do USJFCOM.

Allied Command Transformation





NATO RESTRICTED
RELEASABLE TO BUL/EST/LAT/LIT/ROM/SVK/SVN
THE NATO MILITARY COMMAND STRUCTURE

	HEADQUARTERS / CAOCs/DCAOCs	COMMANDER	COMMAND	LOCATION
ALLIED COMMAND OPERATIONS	SHAPE	SACEUR	ACO	Mons, BE
	JFC HQ Brunssum	COM JFC Brunssum	JFC Brunssum	Brunssum, NL
	CC-Nav HQ Northwood	COM Nav Northwood	CC-Nav Northwood	Northwood, UK
	CC-Land HQ Heidelberg	COM Land Heidelberg	CC-Land Heidelberg	Heidelberg, GE
	CC-Air HQ Ramstein	COM Air Ramstein	CC-Air Ramstein	Ramstein, GE
	CAOC Uedem			Uedem, GE
	DCAOC Uedem			Uedem, GE
	CAOC Funderup			Funderup, DA
	JFC HQ Naples	COM JFC Naples	JFC Naples	Naples, IT
	CC-Nav HQ Naples	COM Nav Naples	CC-Nav Naples	Naples, IT
	CC-Land HQ Madrid	COM Land Madrid	CC-Land Madrid	Madrid, SP
	CC-Air HQ Izmir	COM Air Izmir	CC-Air Izmir	Izmir, TU
	Joint HQ Lisbon	COM JC Lisbon	JC Lisbon	Lisbon, PO
	CAOC Poggio Renatico			Poggio Renatico, IT
	DCAOC Poggio Renatico			Poggio Renatico, IT
	CAOC Larissa			Larissa, GR

	HEADQUARTERS / CENTRES	COMMANDER	COMMAND	LOCATION
ALLIED COMMAND TRANSFORMATION	HQ SACT	SACT	ACT	Norfolk, US
	ACT Staff Element			Mons, BE
	Joint Warfare Centre			Stavanger, NO
	Joint Force Training Centre			Bydgoszcz, PL
	Joint Analysis & Lessons Learned Centre			Monsanto, PO
	Undersea Research Centre			La Spezia, IT